



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ**

**Auditoria do Projeto de Apoio ao Crescimento
Econômico com Redução das Desigualdades e
Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará –
Programa para Resultados**

PforR Ceará – Estado do Ceará

Acordo de Empréstimo nº 8302-BR

Período: 01.01.2018 a 30.04.2019

Fortaleza/Ceará

2019

ÍNDICE

1 – Resumo Executivo.....	3
2 – Carta endereçada ao <i>Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará) – N°8302-BR</i>	4
3 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5
4 – Demonstrações Financeiras do período 01.01.2018 a 30.04.2019	8
5 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do período 01.01.2018 a 30.04.2019...	20
6 – Carta Gerencial.....	47

RESUMO EXECUTIVO

I) OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará) – Contrato de Empréstimo nº 8302-BR*, do período 01.01.2018 a 30.04.2019, utilizando-se o critério contábil de regime de caixa.

Ênfases

Execução do Componente 1

As Demonstrações Financeiras do PforR permitem identificar que o total de despesas acumuladas, consideradas elegíveis no Componente 1 do projeto, é no valor de R\$ 993.613.678,42, mesmo valor apresentado no exercício findo em 31.12.2017. Desta forma, o patamar de US\$ 325 milhões de dólares estadunidenses, equivalentes a R\$ 728 milhões de reais, que corresponde ao valor da operação de crédito, foi atingido. Os valores correspondentes ao Componente 1 estão incluídos nas Demonstrações Financeiras mas, para fins de emissão de opinião dos auditores, são considerados somente os gastos referentes ao Componente 2 (Assistência Técnica).

II) OPINIÃO SOBRE OS CONTROLES INTERNOS

As análises realizadas demonstram que, apesar das oportunidades de melhoria apontadas ao longo do relatório, a maioria dos controles funcionam adequadamente, e, portanto, é possível inferir que o nível de segurança dos controles internos pode ser considerado compatível com a execução do Projeto.

III) OPINIÃO SOBRE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES

Em nossa opinião, os procedimentos de aquisições e a contratação de consultores constante nas Demonstrações Financeiras do período 01.01.2018 a 30.04.2019 foram consideradas satisfatórias, em conformidade com o Manual Operacional – MOP e com as Diretrizes para aquisições financiadas por empréstimos do BIRD e Créditos da AID. A documentação comprobatória das despesas efetuadas está razoavelmente apresentada e representa despesas válidas e elegíveis para o *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará) – Nº8302-BR*.

IV) OPINIÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES OFICIAIS COM RELAÇÃO À EXECUÇÃO DO PROJETO

Em nossa opinião, as cláusulas contratuais do Projeto foram cumpridas durante o período auditado.

CARTA AO PROJETO PforR CEARÁ

Aos Administradores e Financiadores do Projeto,

Estamos encaminhando o Resumo Executivo, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, que contém a opinião dos auditores sobre os aludidos Demonstrativos, as Demonstrações Financeiras Auditadas e as respectivas Notas Explicativas, bem como a Carta Gerencial, que expõe aspectos significativos encontrados durante os trabalhos de auditoria que não estão representados no Relatório de Auditoria, relativos às despesas ocorridas entre 01.01.2018 a 30.04.2019 do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará) – N°8302-BR*.

Agradecemos ao Banco Mundial pela escolha do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, através do Presidente, Exmo. Sr. Edilberto Carlos Pontes Lima, e da Secretaria de Controle Externo desta Corte, por meio do Secretário de Controle Externo Dr. Raimir Holanda Filho, para a realização desta auditoria e esperamos ter contribuído positivamente para a execução do Projeto.

Agradecemos, ainda, ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, representado pelo Exmo. Sr. João Mário Santos de França, e à Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), na figura da Sr.^a Lívia Maria Oliveira de Castro, que colaboraram da melhor maneira possível para o desenvolvimento dos trabalhos desta auditoria.

Por fim, reforçamos que estamos à disposição para esclarecimentos adicionais e para dirimir eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Gerência de Fiscalização de Demonstrações Financeiras e Receitas

Jocyrrégia Maria Peixoto Alves
Técnico de Controle Externo

Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior
Analista de Controle Externo

Mateus de Carvalho Sousa
Analista de Controle Externo

Daniel Façanha Rocha de Souza
Diretor de Contas de Governo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da Unidade Técnica de Gestão do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará) – N°8302-BR*.

Opinião sem ressalva

Examinamos as Demonstrações Financeiras do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará)*, que compreendem os **Relatórios de Gerenciamento Financeiro dos Componente 2**, referentes ao período de **01.01.2018 a 30.04.2019**, assim como as correspondentes Notas Explicativas, executado de forma multissetorial pelo Governo do Estado do Ceará, parcialmente financiado com recursos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 8302-BR. Fez parte do escopo desta auditoria, também, a análise do cumprimento das cláusulas contratuais constantes no Acordo de Empréstimo.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Projeto no período de 01.01.2018 a 30.04.2019 utilizando-se o critério contábil de regime de caixa.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Projeto, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas (Resolução Administrativa TCE-CE nº 01/2016) e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Execução do Componente 1

As Demonstrações Financeiras do PforR permitem identificar que o total de despesas acumuladas, consideradas elegíveis no Componente 1 do projeto, é no valor de R\$ 993.613.678,42, mesmo valor apresentado no exercício findo em 31.12.2017. Desta forma, o patamar de US\$ 325 milhões de dólares estadunidenses, equivalentes a R\$ 728 milhões de reais, que corresponde ao valor da operação de crédito, foi atingido. Os valores correspondentes ao Componente 1 estão incluídos nas Demonstrações Financeiras mas, para fins de emissão de opinião dos auditores, são considerados somente os gastos referentes ao Componente 2 (Assistência Técnica).

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará)* é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, utilizando-se o critério contábil de regime de caixa, que constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de outubro de 2019.

Jocyrrégia Maria Peixoto Alves
Técnico de Controle Externo

Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior
Contador CRC-CE 012.836/O-4
Analista de Controle Externo

Mateus de Carvalho Sousa
Analista de Controle Externo

A - SALDO DE ABERTURA

Conta Designada Componente 2/A.T 0,00

B - FONTES (ORIGENS) DOS FUNDOS

1.057.797.424,41

Componente 1/PforR 993.613.678,42

Componente 2/A.T 64.183.745,99

COMPONENTE 1 - PforR Iniciativa do PPA (1) (2)	LOA (Lei+Créditos) (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		PPA (H)
		Pago (B)	Pago/LOA% (C) = (B)/(A)	Pago (D)	Pago/LOA% (E) = (D)/(A)	Pago (F)	Pago/PAD% (G) = (F)/(H)	
014-ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	0,00	573,88	0,00	53.975,96	0,00	430.731.968,51	100,00	430.731.968,51
22000000-SEDUC	0,00	573,88	0,00	53.975,96	0,00	430.731.968,51	100,00	430.731.968,51
00328 -MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	0,00	573,88	0,00	53.975,96	0,00	257.929.963,00	100,06	257.783.804,01
00771 -CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, VEÍCULOS, LABORATÓRIOS TECNOLÓGICOS E ACERVOS PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.004.513,13	99,87	111.150.672,12
00834 -AQUISIÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, APOIO A PROJETOS DE ESTUDO E PESQUISA E CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.797.492,38	100,00	61.797.492,38
018-CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS	1.767.797,02	1.111.914,85	62,90	1.524.114,90	86,22	3.213.984,16	100,76	3.189.869,26
29200007-FUNCEME	1.767.797,02	1.111.914,85	62,90	1.524.114,90	86,22	3.213.984,16	100,76	3.189.869,26
018.1.01-GERAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE TEMPO, CLIMA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS. (6)	1.762.797,02	1.111.914,85	63,08	1.524.114,90	86,46	3.213.984,16	100,76	3.189.869,26
018.1.03-AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E PREVISÃO.	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
020-ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	288.199.015,71	155.997.966,76	54,13	257.816.809,69	89,46	512.296.222,20	121,34	422.199.343,36
22000000-SEDUC	288.199.015,71	155.997.966,76	54,13	257.816.809,69	89,46	512.296.222,20	121,34	422.199.343,36
020.1.01-AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. (3)(4)	97.142.655,63	45.478.544,19	46,82	76.536.657,59	78,79	110.071.720,46	177,51	62.009.352,90
020.1.02-READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM AOS PADRÕES BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	622.000,00	574.729,74	92,40	1.251.895,56	201,27	6.201.041,75	47,65	13.014.146,19
020.1.03-GARANTIA DA OFERTA DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS DE ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. (3)(4)	163.900.251,25	87.177.445,93	53,19	154.889.471,14	94,50	339.244.831,29	119,78	283.231.000,97
020.1.04-ADEQUAÇÃO DA OFERTA E/OU CURRÍCULOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ÀS VOCações TERRITORIAIS E INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	284.693,96	262.348,23	92,15	276.652,77	97,18	1.644.606,17	44,78	3.672.953,40
020.1.06-APOIO ÀS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS.	26.249.414,87	22.504.898,67	85,73	24.862.132,63	94,71	55.134.022,53	91,48	60.271.889,90
025-ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

COMPONENTE 1 - PforR Iniciativa do PPA	(1) (2)	LOA	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		PPA
		(Lei+Créditos) (A)	Pago (B)	Pago/LOA% (C) = (B)/(A)	Pago (D)	Pago/LOA% (E) = (D)/(A)	Pago (F)	Pago/PAD% (G) = (F)/(H)	(H)
025-ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
43000000-SCIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
025.1.07-AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.	(9)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
041-GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459.938,51	100,00	459.938,51
29200004-COGERH		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459.938,51	100,00	459.938,51
05273 -READEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GESTÃO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459.938,51	100,00	459.938,51
050-ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.592.800,00	100,00	14.592.800,00
47200002-FEAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.592.800,00	100,00	14.592.800,00
03180 -COFINANCIAMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF, ATRAVÉS DOS CRAS.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.592.800,00	100,00	14.592.800,00
064-RESÍDUOS SÓLIDOS		875.220,00	166.280,00	19,00	166.280,00	19,00	266.030,00	22,17	1.199.750,00
57000000-SEMA		875.220,00	166.280,00	19,00	166.280,00	19,00	266.030,00	22,17	1.199.750,00
064.1.04-IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	(3)(10)	875.220,00	166.280,00	19,00	166.280,00	19,00	266.030,00	22,17	1.199.750,00
066-CEARÁ MAIS VERDE		18.403.717,19	1.690.529,10	9,19	1.690.529,10	9,19	2.194.647,34	65,17	3.367.441,75
57000000-SEMA		2.984.670,00	523.735,51	17,55	523.735,51	17,55	570.034,51	122,25	466.299,00
066.1.02-IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO DE ÁREAS DEGRADADAS.		2.984.670,00	523.735,51	17,55	523.735,51	17,55	570.034,51	122,25	466.299,00
57200001-SEMACE		15.419.047,19	1.166.793,59	7,57	1.166.793,59	7,57	1.624.612,83	56,00	2.901.142,75
066.1.09-PROMOÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES E POSSES RURAIS.	(8)	15.337.896,76	1.142.319,65	7,45	1.142.319,65	7,45	1.142.319,65	45,69	2.500.000,00
066.1.12-AMPLIAÇÃO DO CONTROLE DOS RECURSOS AMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ.	(4)(8)	81.150,43	24.473,94	30,16	24.473,94	30,16	482.293,18	120,23	401.142,75
067-CEARÁ NO CLIMA		73.000,00	0,00	0,00	101.603,34	139,18	1.966.603,34	78,19	2.515.000,00
57000000-SEMA		73.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
067.1.02-PROMOÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS AO FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ.	(11)	73.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
57200001-SEMACE		0,00	0,00	0,00	101.603,34	0,00	1.966.603,34	100,08	1.965.000,00
067.1.09-IMPLEMENTAÇÃO DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR.	(12)	0,00	0,00	0,00	101.603,34	0,00	1.966.603,34	100,08	1.965.000,00
067.1.11-REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
079-MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.291.450,37	100,00	4.291.450,37

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

COMPONENTE 1 - PforR Iniciativa do PPA (1) (2)	LOA	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		PPA
	(Lei+Créditos) (A)	Pago (B)	Pago/LOA% (C) = (B)/(A)	Pago (D)	Pago/LOA% (E) = (D)/(A)	Pago (F)	Pago/PAD% (G) = (F)/(H)	(H)
079-MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.291.450,37	100,00	4.291.450,37
29200007-FUNCEME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.843.540,66	100,00	1.843.540,66
02846 -AMPLIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO HIDROAGROMETEOROLÓGICO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.620,66	100,00	1.748.620,66
02847 -ELABORAÇÃO DO MAPEAMENTO E MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.920,00	100,00	94.920,00
31200004-FUNCEME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.447.909,71	100,00	2.447.909,71
02846 -AMPLIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO HIDROAGROMETEOROLÓGICO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.447.909,71	100,00	2.447.909,71
02847 -ELABORAÇÃO DO MAPEAMENTO E MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
080-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	7.300.000,00	3.884.500,00	53,21	7.315.750,00	100,22	14.539.250,00	100,11	14.523.500,00
47200002-FEAS	7.300.000,00	3.884.500,00	53,21	7.315.750,00	100,22	14.539.250,00	100,11	14.523.500,00
080.1.01-APOIO AO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL. (13)	7.300.000,00	3.884.500,00	53,21	7.315.750,00	100,22	14.539.250,00	100,11	14.523.500,00
082-GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.304.726,22	100,00	6.304.726,22
49000000-CONPAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.000,00	100,00	388.000,00
03104 -ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.000,00	100,00	388.000,00
49200001-SEMACE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.704.226,22	100,00	4.704.226,22
02466 -REALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO / CONTAMINAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.130,00	100,00	20.130,00
02840 -ELABORAÇÃO DE PLANOS, ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618.430,43	100,00	618.430,43
04815 -MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.998,96	100,00	645.998,96
05170 -MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.419.666,83	100,00	3.419.666,83
57000000-SEMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.212.500,00	100,00	1.212.500,00
03104 -ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.212.500,00	100,00	1.212.500,00
500-GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[Assinatura]

[Assinatura]

24/05/2019 15:53:46 Página 3 de 12

[Assinatura]

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

COMPONENTE 1 - PforR Iniciativa do PPA	(1) (2)	LOA	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		PPA
		(Lei+Créditos) (A)	Pago (B)	Pago/LOA% (C) = (B)/(A)	Pago (D)	Pago/LOA% (E) = (D)/(A)	Pago (F)	Pago/PAD% (G) = (F)/(H)	(H)
500-GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEMA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57200001-SEMACE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00001 -AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA SEMA E VINCULADAS	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500-GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEMA E VINCULADA		854.954,75	13.329,99	1,56	49.245,65	5,76	193.899,11	21,53	900.514,46
57200001-SEMACE		854.954,75	13.329,99	1,56	49.245,65	5,76	193.899,11	21,53	900.514,46
500.1.02-DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E TECNOLÓGICA DA SEMA E VINCULADA.	(3)(4)(8)(14)	854.954,75	13.329,99	1,56	49.245,65	5,76	193.899,11	21,53	900.514,46
500-GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562.158,66	100,00	2.562.158,66
49200001-SEMACE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562.158,66	100,00	2.562.158,66
00001 -AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO CONPAM E VINCULADA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.562.158,66	100,00	2.562.158,66
TOTAL COMPONENTE 1		317.473.704,67	162.865.094,58	0,0	268.718.308,64	0,0	993.613.678,42	109,0	911.838.461,10

Handwritten signatures and initials:
 - A signature that appears to be "PforR".
 - A signature that appears to be "JMS".
 - Other initials and marks.

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

(15)	Previsto Projeto (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		P.A. (17)	
		Pago (B)	Pago/P.A.% (C) = (B)/(H)	Pago (D)	Pago/P.A.% (E) = (D)/(H)	Pago (F)	Pago/P.A.% (G) = (F)/(H)	Plano de Aquisição (H)	

COMPONENTE 2 - Assistência Técnica

2.1 - GESTÃO TRANSVERSAL DO SETOR PÚBLICO

GESTÃO DO PROJETO

019 - COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

(18)	IPECE	2.1 Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE - 4603010092014I	0,00	0,00	0,00	0,00	391.158,00	21,08	1.855.940,32
------	-------	---	------	------	------	------	------------	-------	--------------

047 - AUDITORIA GOVERNAMENTAL

(19)	CGE	Auditoria Técnica dos Indicadores - 4100010012016I	0,00	0,00	0,00	0,00	41.477,51	100,00	41.477,51
------	-----	--	------	------	------	------	-----------	--------	-----------

063 - CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

(19)	CGE	2.1 Auditoria Técnica dos Indicadores - AT. - 4100010212014I	0,00	0,00	0,00	0,00	110.824,79	100,00	110.824,79
------	-----	--	------	------	------	------	------------	--------	------------

065 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

(18)(21)	IPECE	Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP - PFOR) - Consultores ESPECIALISTA E ANALISTA DE LICITAÇÕES. - 4603010012016I	0,00	25.984,03	1,83	25.984,03	1.119.869,70	78,70	1.422.899,72
----------	-------	---	------	-----------	------	-----------	--------------	-------	--------------

(18)(20)	IPECE	Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP - PFOR) - Consultores ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS. - 4603010022016I	0,00	0,00	0,00	0,00	344.912,60	89,58	385.040,60
----------	-------	--	------	------	------	------	------------	-------	------------

TOTAL por Categoria:			0,00	25.984,03	0,68	25.984,03	0,68	2.008.242,60	52,62	3.816.182,94
----------------------	--	--	------	-----------	------	-----------	------	--------------	-------	--------------

GESTÃO PÚBLICA

065 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

	IPECE	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e realização de eventos e congressos - AT - 4603010032018I	0,00	0,00	0,00	0,00	396.650,00	100,00	396.650,00
--	-------	---	------	------	------	------	------------	--------	------------

	SEPLAG	Desenvolvimento e implantação de novo modelo de Gestão para Resultados do Ceará - 1ª etapa - 4600010022016I	0,00	0,00	0,00	0,00	2.667.519,34	100,00	2.667.519,34
--	--------	---	------	------	------	------	--------------	--------	--------------

	SEPLAG	ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS - 4600010012016I	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.888,73	100,00	1.140.888,73
--	--------	---	------	------	------	------	--------------	--------	--------------

	SEPLAG	FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NO PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROJETOS - 4600010102016I	0,00	0,00	0,00	0,00	1.025.662,05	100,00	1.025.662,05
--	--------	---	------	------	------	------	--------------	--------	--------------

	IPECE	Metodologia de previsão e análise de impacto econômico. - 4603010052016I	0,00	0,00	0,00	0,00	1.720.136,97	100,00	1.720.136,97
--	-------	--	------	------	------	------	--------------	--------	--------------

(21)	IPECE	Pesquisa de Produtividade e Inflação interna (Ferramentas de Gestão) - MAPP 99 - AT - 4603010042018I	0,00	627.497,50	50,21	627.497,50	1.249.850,00	100,00	1.249.850,00
------	-------	--	------	------------	-------	------------	--------------	--------	--------------

069 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

	SEPLAG	Implantação da Central de Atendimento de Veículos no Cambéa - 4600010052017I	0,00	0,00	0,00	0,00	284.760,72	100,00	284.760,72
--	--------	--	------	------	------	------	------------	--------	------------

070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

	SEPLAG	AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO E FORTALECIMENTO DO CONTROLE E DA GESTÃO DE DA FOLHA DE PAGAMENTOS - AT. - 4600010112016I	0,00	0,00	0,00	0,00	2.245.000,00	100,00	2.245.000,00
--	--------	---	------	------	------	------	--------------	--------	--------------

	SEPLAG	PLANEJAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ - 4600010022017I	0,00	0,00	0,00	0,00	3.190.305,05	100,00	3.190.305,05
--	--------	--	------	------	------	------	--------------	--------	--------------

500 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGE

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

		Previsto Projeto (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		P.A. (17)
		(16)	Pago (B)	Pago/P.A.% (C) = (B)/(H)	Pago (D)	Pago/P.A.% (E) = (D)/(H)	Pago (F)	Pago/P.A.% (G) = (F)/(H)	Plano de Aquisição (H)
COMPONENTE 2 - Assistência Técnica		(15)							
2.1 - GESTÃO TRANSVERSAL DO SETOR PÚBLICO									
GESTÃO PÚBLICA									
500 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGE									
(22)	CGE	118 - Gestão Documental - 4100010032015I	0,00	0,00	0,00	0,00	25.480,32	46,16	55.200,00
(22)	CGE	Modernização do Arquivo da CGE - Gestão Documental - 4100010032016I	0,00	0,00	0,00	0,00	29.719,68	53,84	55.200,00
TOTAL por Categoria:			0,00	627.497,50	4,47	627.497,50	13.975.972,86	99,61	14.031.172,86
TOTAL por Subcomponente:			0,00	653.481,53	3,66	653.481,53	15.984.215,46	89,56	17.847.355,80

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

Previsto Projeto (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		P.A.
	Pago (B)	Pago/P.A.% (C) = (B)/(H)	Pago (D)	Pago/P.A.% (E) = (D)/(H)	Pago (F)	Pago/P.A.% (G) = (F)/(H)	Plano de Aquisição (H)

COMPONENTE 2 - Assistência Técnica

2.2 - GESTÃO SETORIAL DO SETOR PÚBLICO

ASSISTÊNCIA A FAMÍLIA

008 - ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

(23)	SEDUC	1453 - TREINAMENTO PARA OS COORDENADORES E DIRETORES DE CRECHES - AT. - 2200013312016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.678,09	100,00	1.250.678,09
(24)	SEDUC	2.2.b PADIN - DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PILOTO DE APOIO DOMICILIÁRIO - AT - 2200010852016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.994.330,62	100,00	5.994.330,62
(25)	SEDUC	PADIN - DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PILOTO DE APOIO DOMICILIÁRIO- AT. - 2200013602016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.830,00	100,00	139.830,00

050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

(26)	FEAS	2.2.b Monitoramento e capacitação dos CRAS - AT. - 4700011522014I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.200,00	32,34	142.850,00
------	------	---	------	------	------	------	------	-----------	-------	------------

065 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

(21)	IPECE	Desenvolvimento de sistemas IPECEDATA e Monitoramento do FECOP - 4603010062016I	0,00	5.480,00	0,23	5.480,00	0,23	2.407.307,70	100,00	2.407.307,70
------	-------	---	------	----------	------	----------	------	--------------	--------	--------------

072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

(24)	SEDUC	2.2.b PADIN - DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PILOTO DE APOIO DOMICILIÁRIO - AT. - 2200010532015I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.360,00	100,00	132.360,00
(23)	SEDUC	2.2.b TREINAMENTO PARA OS COORDENADORES E DIRETORES DE CRECHES - AT. - 2200010822015I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.098,59	100,00	10.098,59

080 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(26)	FEAS	2.2.b Monitoramento e capacitação dos CRAS - AT. - 4702010552016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539.356,00	41,26	1.307.072,00
(26)	FEAS	Capacitação e monitoramento das equipes de CRAS do PforR - 4702010182017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	721.516,00	70,80	1.019.022,00

TOTAL por Categoria: 0,00 5.480,00 0,04 5.480,00 0,04 11.241.677,00 90,63 12.403.549,00

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

(27)	SEDUC	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS ESCOLAS PÚBLICAS SECUNDÁRIAS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO COM RECOMENDAÇÕES DE MELHORAMENTOS - AT - 2015 - 2200010202015I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.132,11	100,00	7.132,11
------	-------	--	------	------	------	------	------	----------	--------	----------

020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

	SEDUC	Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundária - 2200012652016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.439,66	64,00	261.624,46
	SEDUC	Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundária - 2200013032018I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.184,80	36,00	261.624,46

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

		Previsto Projeto (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		P.A.
			Pago (B)	Pago/P.A.% (C) = (B)/(H)	Pago (D)	Pago/P.A.% (E) = (D)/(H)	Pago (F)	Pago/P.A.% (G) = (F)/(H)	Plano de Aquisição (H)
COMPONENTE 2 - Assistência Técnica									
2.2 - GESTÃO SETORIAL DO SETOR PÚBLICO									
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL									
020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
	SEDUC	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional e Formação Técnica - AÇÃO 32363 - 2200012932018I	0,00	0,00	0,00	0,00	32.490,72	40,91	79.421,76
	SEDUC	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional e Formação Técnica. - 2200012642016I	0,00	0,00	0,00	0,00	83.031,84	71,88	115.522,56
(21)	SEDUC	SERVIÇO TÉCNICO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA APOIAR NA REESTRUTURAÇÃO DE CONTEÚDO E FORMATO DO PORTAL CONEXÃO TRABALHO CEARÁ - 2200016132018I	0,00	129.000,00	50,00	129.000,00	258.000,00	100,00	258.000,00
	SEDUC	Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional - AT. - 2200013162016I	0,00	0,00	0,00	0,00	864.398,52	100,00	864.398,52
041 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE									
(28)	SDE	Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas pelo Governo do Estado. - 5600010012016I	0,00	0,00	0,00	0,00	1.142.416,04	100,00	1.142.416,04
(21)(28)	SDE	Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará - 5600010052017I	0,00	1.648.409,15	100,00	1.648.409,15	1.648.409,15	100,00	1.648.409,15
061 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO									
	SECITECE	Apoio a Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará - AT. - 3100010062016I	0,00	0,00	0,00	0,00	770.291,53	100,00	770.291,53
	SECITECE	Definição e estabelecimento de um sistema de monitoramento e avaliação para coletar dados e informações relacionadas com programas e iniciativas de apoio à inovação - AT. - 3100010052016I	0,00	0,00	0,00	0,00	452.631,58	100,00	452.631,58
	SECITECE	Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará - AT. - 3100010072016I	0,00	0,00	0,00	0,00	177.337,20	100,00	177.337,20
078 - INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO									
(29)	SDE	Capacitação servidor de acordo com exigência do PforR. - 5600010012015I	0,00	0,00	0,00	0,00	6.543,95	100,00	6.543,95
		TOTAL por Categoria:	0,00	1.777.409,15	29,40	1.777.409,15	29,40	5.704.307,10	94,36
QUALIDADE DA ÁGUA									
016 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS									
(21)	SRH	ELABORAÇÃO DO DIANÓSTICO DO ABASTECIMENTO DEÁGUA DAS SEDES MUNICIPAIS E DISTRITOS CONTEMPLADOS PELO PROJETO MALHA D'ÁGUA - SISTEMA ADUTOR BANABUIU - SERTÃO CENTRAL - 2900010152018I	0,00	87.900,00	50,00	87.900,00	175.800,00	100,00	175.800,00
	SRH	Projeto Inicial do Projeto Malha D'Água - Consultoria - 2900010432016I	0,00	0,00	0,00	0,00	345.600,00	100,00	345.600,00
017 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS									

BBX







Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

Previsto Projeto (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		P.A.
	Pago (B)	Pago/P.A.% (C) = (B)/(H)	Pago (D)	Pago/P.A.% (E) = (D)/(H)	Pago (F)	Pago/P.A.% (G) = (F)/(H)	Plano de Aquisição (H)

COMPONENTE 2 - Assistência Técnica

2.2 - GESTÃO SETORIAL DO SETOR PÚBLICO

QUALIDADE DA ÁGUA

017 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

	SRH	AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DAS BARRAGENS RELACIONADAS AO PROJETO DE APOIO À MELHORIA DA SEGURANÇA HÍDRICA E FORTALECIMENTO DA INTELIGÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - PSHGP/CE - 2900010172018I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.600,00	100,00	75.600,00
	SRH	Estudos de análise e integração dos instrumentos de gestão com foco na outorga e cobrança-AT - 2900010412016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.292,46	100,00	1.396.292,46
(21)	SRH	Implementação e Implantação do Sistema Integrado de informações de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH - AT - 2900010422016I	0,00	470.276,42	36,00	470.276,42	36,00	1.306.323,41	100,00	1.306.323,41
	SRH	Plano de Segurança Hídrica das Bacias Hidrográficas Estratégicas do Acaraú, Metropolitanas e Sub-bacias do Salgado - 2900010402016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.403.327,11	100,00	2.403.327,11
	SRH	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR ESTUDOS QUALIQUANTITATIVOS DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS - 2900010362016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.954.015,54	100,00	1.954.015,54
	SRH	PROJETO DE APOIO À MELHORIA DA SEGURANÇA HÍDRICA E FORTALECIMENTO DA INTELIGÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA - 2900010142018I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.800,00	100,00	243.800,00

018 - CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

(30)	FUNCEME	Suporte ao Estudo da Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para os Reservatórios do Estado do Ceará (AZURIT) - 3104010012016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	426.141,97	62,00	687.325,77
(30)	FUNCEME	Suporte ao Estudo da Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para os Reservatórios do Estado do Ceará (AQUALOGUS) - 3104010022016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632.476,67	64,57	979.517,21
(30)	FUNCEME	Suporte ao Estudo da Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para os Reservatórios do Estado do Ceará (AQUALOGUS) - 3104010082017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347.040,54	35,43	979.517,21
(30)	FUNCEME	Suporte ao Estudo da Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para os Reservatórios do Estado do Ceará (AZURIT) - 3104010072017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261.183,80	38,00	687.325,77

026 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

(31)	ARCE	Proposição de estrutura para o regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios - 1301010102016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	839.982,65	100,00	839.982,65
------	------	---	------	------	------	------	------	------------	--------	------------

041 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

	SRH	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA CONSOLIDAR OS DIAGNOSTICOS DAS BACIAS E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS - 2900010212015I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.790,40	100,00	61.790,40
--	-----	---	------	------	------	------	------	-----------	--------	-----------

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

COMPONENTE 2 - Assistência Técnica

2.2 - GESTÃO SETORIAL DO SETOR PÚBLICO

			Previsto Projeto (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		P.A.
				Pago (B)	Pago/P.A.% (C) = (B)/(H)	Pago (D)	Pago/P.A.% (E) = (D)/(H)	Pago (F)	Pago/P.A.% (G) = (F)/(H)	Plano de Aquisição (H)
QUALIDADE DA ÁGUA										
064 - RESÍDUOS SÓLIDOS										
(32)	SEMA	14 - PLANOS DE RECUPERAÇÃO ÁREAS DEGRADADAS (PRAD) POR LIXÕES A CÉU ABERTO - 2017 - 5700010312017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.043.545,84	40,00	2.608.864,60
(32)	SEMA	14 - PLANOS DE RECUPERAÇÃO ÁREAS DEGRADADAS (PRAD) POR LIXÕES A CÉU ABERTO - AT.(PFOR4) - 2018 - 5700010172018I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.173.989,07	45,00	2.608.864,60
(32)	SEMA	14 - PLANOS DE RECUPERAÇÃO ÁREAS DEGRADADAS (PRAD) POR LIXÕES A CÉU ABERTO - AT.(PFOR4) - 5700010022016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.329,69	15,00	2.608.864,60
	SEMA	35 - IMPLEMENTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NAS TRÊS BACIAS HIDROGRÁFICAS ESTRATÉGICAS - AT.(PFOR4) - Ano 2017 - 5700010172017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549.008,53	100,00	1.549.008,53
066 - CEARÁ MAIS VERDE										
(33)	SEMA	27 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DO ESTADO - AT.(PFOR4) - Ano 2017 - 5700010132017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.894,64	60,00	563.157,73
(34)	SEMA	6 - AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÔMICO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - AT.(PFOR4) - 2017 - 5700010022017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815.393,62	94,43	863.474,22
(34)	SEMA	6 - AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÔMICO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - AT.(PFOR4) - Contratação Empresa de Consultoria - 5700010152016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.785,60	13,67	342.155,00
(33)	SEMA	Avaliação Ambiental Estratégica dos programas e projetos ambientais do Estado - PforR - 5700010252016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.263,09	40,00	563.157,73
067 - CEARÁ NO CLIMA										
	SEMACE	FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL ESTADUAL - AT (CONPAM/SEMACE 104) - 4901010072016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.639.804,89	100,00	1.639.804,89
	SEMA	34 - Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais - AT.(Pfor4) - Pagamento Serviços Ambientais (2017) - 5700010052017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	696.833,21	100,00	696.833,21
068 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA										
(35)	SEMA	23 - Capacitação para o pessoal técnico municipal - AT.(Pfor4) - 5700010112016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355.319,16	50,00	710.638,32
(35)	SEMA	23 - CAPACITAÇÃO PARA O PESSOAL TÉCNICO MUNICIPAL - AT.(PFOR4) - Ano 2017 - 5700010152017I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355.319,16	50,00	710.638,32
082 - GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS										
	SEMA	CAPACITAÇÃO PARA O PESSOAL TÉCNICO MUNICIPAL - AT. (PFOR4) (CONPAM 155) - Apoio Logístico - 5700010242015I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242.557,52	100,00	242.557,52
TOTAL por Categoria:			0,00	558.176,42	2,00	558.176,42	2,00	19.343.713,57	69,47	27.844.236,80
TOTAL por Subcomponente:			0,00	2.341.065,57	1,21	2.341.065,57	1,21	36.289.697,67	78,87	46.293.139,12

Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP

Expresso em Reais (R\$)

Previsto Projeto (A)	Período Semestre		Acumulado no Ano		Acumulado do Projeto		P.A.
	Pago (B)	Pago/P.A.% (C) = (B)/(H)	Pago (D)	Pago/P.A.% (E) = (D)/(H)	Pago (F)	Pago/P.A.% (G) = (F)/(H)	Plano de Aquisição (H)

COMPONENTE 2 - Assistência Técnica

2.3 - SISTEMA FIDUCIÁRIO

COMPRAS PÚBLICAS

048 - CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

CGE	Capacitação para Detecção de Casos de Fraude e Corrupção - 4100010122016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00	100,00	290.000,00
CGE	Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos - 4100010092016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.855.700,40	100,00	2.855.700,40

049 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

CGE	Campanha de Divulgação Pública de Dados - Educação Social - Capacitação de Servidores e da Sociedade - 4100010112016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	865.436,00	100,00	865.436,00
CGE	Campanha de Divulgação Pública de Dados - Educação Social - Desenvolvimento do Portal - 4100010102016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.467.885,29	100,00	3.467.885,29

069 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

SEPLAG	Projeto de Melhoria do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços do Governo do Estado - 4600010122016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	772.280,12	100,00	772.280,12
--------	---	------	------	------	------	------	------------	--------	------------

TOTAL por Categoria: 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 8.251.301,81 100,00 8.251.301,81

CONTABILIDADE PÚBLICA

048 - CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

CGE	Apoio à Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade aplicada ao Setor Público - 4100010132016I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.420,99	100,00	197.420,99
-----	--	------	------	------	------	------	------------	--------	------------

TOTAL por Categoria: 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 197.420,99 100,00 197.420,99

FORTALECIMENTO DO TCE

014 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

(21)(36) (37) TCE	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TCE NO ÂMBITO DO PFORR	0,00	1.668.093,51	54,07	1.668.093,51	54,07	3.085.224,37	100,00	3.085.224,37
----------------------	--	------	--------------	-------	--------------	-------	--------------	--------	--------------

500 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TCE

(36) TCE	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TCE NO ÂMBITO DO PFORR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	367.694,16	100,00	367.694,16
----------	--	------	------	------	------	------	------------	--------	------------

TOTAL por Categoria: 0,00 1.668.093,51 48,31 1.668.093,51 48,31 3.452.918,53 100,00 3.452.918,53

TOTAL por Subcomponente: 0,00 1.668.093,51 14,02 1.668.093,51 14,02 11.901.641,33 100,00 11.901.641,33

TOTAL COMPONENTE 2 0,00 4.662.640,61 4.662.640,61 64.175.554,46 76.042.136,25(38)

C - Total das Despesas		1.057.789.232,88
Componente 1 / PforR		993.613.678,42
Componente 2 / A.T	(39)	64.175.554,46
D - Disponível menos Despesas (A + B - C)		8.191,53
SALDO DE ENCERRAMENTO	(40)	8.246,05
Conta Operativa - Componente 2/A.T		110,00
Aplicação - Componente 2/A.T		8.081,53
Rendimentos - Componente 2/A.T		54,52



Thâmara Aragão Teixeira Fernandes
Contadora do IPECE



Viviane Ramos da Costa
Coordenadora da UGP



João Mário Santos de França
Diretor Geral do IPECE



Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Secretário Executivo da SEPLAG



Régis Meireles Benevides
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do PforR

IFR (Interim Financial Report)

1º Semestre 2019

Fortaleza, 31/05/2019

1. INTRODUÇÃO

Esse relatório tem como objetivo apresentar as Notas Explicativas ao Relatório de Gerenciamento Financeiro (IFR) do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - Programa para Resultados (PforR)* do primeiro semestre do ano de 2019, com pagamentos efetuados no período de graça do projeto.

O relatório é composto por quatro capítulos. O capítulo 2 descreve, sucintamente, as características do Projeto PforR, no capítulo 3 se apresenta algumas informações sobre o IFR e no capítulo 4 se detalha as Notas Explicativas do IFR.

2. SOBRE O PROJETO

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental - PforR (Programa para Resultados) tem o suporte do Acordo de Empréstimo do Estado do Ceará com o Banco Mundial de número 8302-BR, no valor de US\$ 350 milhões, assinado em 19/12/2013 e com prazo final em 31/01/2019.

2.1 OBJETIVO DO PROJETO PforR

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - (PforR¹) tem como objetivo o apoio aos investimentos do PPA em áreas estratégicas do Estado, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e que seja ambientalmente sustentável. Esse objetivo já foi, em parte, financiado pelo BIRD nos Projetos SWAp² I (2005 – 2007) e SWAp II (2009 – 2012), cujo foco era o apoio à Inclusão Social e o Crescimento Econômico.

A proposta do Projeto PforR Ceará é continuar avançando nos principais indicadores sociais acordados no SWAp I e II para consolidar conquistas já alcançadas pelo Estado, incorporando, ao mesmo tempo, a preocupação do Governo do Estado do Ceará com o meio ambiente e com a redução das desigualdades socioeconômicas. Em suma, o objetivo de Desenvolvimento do Programa (PDO³) do PforR é apoiar o Governo na melhoria da eficiência e da qualidade da prestação de serviços públicos nas áreas foco de atuação do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará*.

¹ Program for Results - Programa para Resultados

² Sector Wide Approach (SWAp)

³ Project Development Objective – vide página 12 do Program Appraisal Document (PAD) - Documento de Avaliação do Projeto

The image shows several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures, the number '2' is circled with a thin line.

2.2. ÁREAS DE FOCO DO PforR

O PforR continuará a ampla abordagem de setores, realizada como pioneira nos SWAPs, combinando o apoio nas ações de áreas selecionadas e o fortalecimento institucional do Estado. Como áreas foco de atuação do PforR nos temas de *Crescimento Econômico*, *Redução das Desigualdades*, *Sustentabilidade Ambiental* e *Gestão Pública* estão respectivamente os focos na Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão por Resultados, conforme Figura 1.

Figura 1: Áreas de atuação do PforR



2.3. ESTRUTURA DO EMPRÉSTIMO

Com a finalidade de apoiar o Projeto PforR foi realizado uma operação de crédito entre o estado do Ceará e o Banco Mundial, no valor de US\$ 350 milhões que estão distribuídos em dois componentes descritos a seguir:

- Componente I – PforR no valor de US\$ 325.000.000,00: relacionado com as atividades do Projeto nas quatro áreas foco a saber: (i) Capacitação Profissional; (ii) Assistência à Família; (iii) Qualidade da Água e (iv) Gestão por Resultados. Esse componente apoia oito programas do PPA relacionados com os objetivos do Projeto e acompanha dezenove indicadores que mensuram os resultados esperados do PforR, sendo que desses, doze são condicionantes dos desembolsos (DLI)⁴.
- Componente II – Assistência Técnica no valor de US\$ 25.000.000,00⁵: composto de serviços de Consultoria de Empresa ou Individual e Serviços de não Consultoria que apoiam projetos de Assistência Técnica relacionados a atividades distribuídos em cinco subcomponentes: (i) Gestão do Setor Público; (ii) Capacitação Profissional; (iii) Assistência à Família; (iv) Qualidade da Água; e (v) Sistema Fiduciário.

⁴ Disbursement Linked Indicator (DLI) ou Indicador Vinculado ao Desembolso

⁵ Em 12 de maio de 2017 foi divulgada em Diário Oficial a Reestruturação do Projeto PforR que transferiu R\$ 10 milhões do Componente II para o Componente I.

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with dates like '3' and '2017'.

2.4. SETORIAIS ENVOLVIDAS

Assim como foi nos SWAPs, o PforR é um Projeto multisetorial que envolve atividades em vários órgãos do Estado (Setoriais), os quais estão relacionadas abaixo:

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A
ARCE	Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Ceará
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
CIDADES	Secretaria das Cidades
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
PGE	Procuradoria Geral do Estado
SECITECE	Secretaria de Ciência e Tecnologia
SEDUC	Secretaria de Educação
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SESA	Secretaria de Saúde
SRH	Secretaria de Gestão dos Recursos Hídricos
STDS	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará

2.5. DESEMBOLSOS

Os desembolsos do Componente I do PforR são feitos de forma direta para o Tesouro Estadual e não para um programa orçamentário individual ou Secretaria. A frequência dos desembolsos é semestral e o valor de cada desembolso é sujeito ao cumprimento das metas de indicadores, que tem um valor correspondente. A auditoria técnica dos indicadores é realizada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, conforme acordado com o Banco Mundial. Quanto aos desembolsos do Componente II, são previstos segundo as necessidades dos Contratos nos prazos informados no Plano de Aquisição dos Projetos de Assistência Técnica.

3. IFR

O Interim Financial Report (IFR) representa o documento financeiro preparado a cada semestre do ano-calendário, contendo informações financeiras sobre os valores pagos no semestre, pago no ano e acumulado até o período de vigência do contrato de empréstimo. O Relatório atual contempla a informação do primeiro semestre de 2019 e do acumulado do Projeto.

3.1 Estrutura do IFR

O IFR é dividido em duas partes. A primeira delas contém informações financeiras dos sete Programas e quatorze Iniciativas do PPA 2012-2015 e os oito Programas e dezenove Iniciativas do PPA 2016-2019 eleitos dentro do escopo do PforR no



Componente I. As informações de cada Programa e Iniciativa estão distribuídas em oito colunas com os valores do orçamento (Lei+Créditos), os valores pagos no semestre; o pago no semestre sobre a LOA; o acumulado pago no ano; o acumulado pago no ano sobre a LOA; o acumulado pago no Projeto; o pago no Projeto sobre o PAD e o valor previsto inicialmente no PAD⁶ e com suas revisões, intitulado PPA na última coluna do Componente 1, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Programas do PPA 2016-2019 incluídos no Escopo do PforR – Em R\$ milhões

Setorial	Programas 2016-2019	Iniciativas 2016-2019	Ações 2016-2019	Execução				Total
				2014	2015	2016	2017	
SEDUC	020 – Ensino Integrado à Educação Profissional.	020.1.01 – Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	18802 - Execução de obras e aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. 18803 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.			R\$ 38,53	R\$ 76,54	R\$ 168,07
		020.1.02 – Readequação da estrutura da Rede das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	18804 - Execução de obras e aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Readequação. 18805 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Readequação.	R\$ 57,27	R\$ 48,75	R\$ 4,95	R\$ 1,31	R\$ 59,27
		020.1.03 – Garantia da oferta dos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	22668 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Aporte. 22669 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. 22670 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	R\$ 121,58	R\$ 134,30	R\$ 186,35	R\$ 154,89	R\$ 597,12
		020.1.04 – Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional.	18806 – Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional. 18807 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos.	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,37	R\$ 0,28	R\$ 1,64
		020.1.06 – Apoio a atividades de formação profissional dos alunos.	18815 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	R\$ 30,06	R\$ 29,95	R\$ 32,06	R\$ 24,86	R\$ 116,93
		TOTAL SEDUC		R\$ 208,91	R\$ 213,00	R\$ 263,25	R\$ 257,87	R\$ 943,03
STDS	080 – Proteção Social Básica.	080.1.01 – Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.	22874 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.	R\$ 7,21	R\$ 7,24	R\$ 7,36	R\$ 7,32	R\$ 29,13
TOTAL STDS				R\$ 7,21	R\$ 7,24	R\$ 7,36	R\$ 7,32	R\$ 29,13
SRH / COGERH	-	017.1.03 – Readequação e modernização da estrutura de gestão, monitoramento	18643 - Aquisição, instalação e Montagem de Equipamentos de Monitoramento (Telemetria e Medição de Qualidade e de	R\$ 0,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46

⁶ PAD página 9 (versão Português) Item II.B.22

 5

		e fiscalização dos recursos hídricos.	Vazão).					
TOTAL SRH/COGERH				R\$ 0,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46
CIDADES	025 – Abastecimento de Água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.	025.1.07 - Ampliação do Serviço de Esgotamento Sanitário.	18946 - Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário – P4R.	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL CIDADES				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SEMA	064 – Resíduos Sólidos.	064.1.04 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos.	18911 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos.	R\$ 0,39	R\$ 1,11	R\$ 0,20	R\$ 0,17	R\$ 1,87
	066 – Ceará Mais Verde.	066.1.02 – Implementação de ações de Florestamento e Reflorestamento de Áreas Degradadas.	17569 - Implementação de ações de Florestamento e Reflorestamento de Áreas Degradadas.	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,05	R\$ 0,52	R\$ 0,57
	067 – Ceará no Clima.	067.1.02 – Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro.	18878 - Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro.	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL SEMA				R\$ 0,39	R\$ 1,11	R\$ 0,25	R\$ 0,69	R\$ 2,44
SEMACE	066 – Ceará Mais Verde.	066.1.08 – Publicação de Inventário Florestal do Estado do Ceará Elaborado.	NÃO TEM AÇÃO VINCULADA	R\$ 0,62	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,62
		066.1.09 - Promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais.	18657 - Cadastramento de Imóveis Rurais.	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,14	R\$ 1,14
		066.1.12 – Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará.	18663 - Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.	R\$ 1,97	R\$ 1,34	R\$ 0,57	R\$ 0,02	R\$ 3,91
		066.1.13 – Ampliação das ações de proteção dos recursos ambientais das áreas protegidas do Estado do Ceará.	18667 - Monitoramento e Fiscalização das Áreas protegidas do Estado do Ceará.	R\$ 0,50	R\$ 0,02	R\$ 0,13	R\$ -	R\$ 0,65
	067 – Ceará no Clima.	067.1.09 – Implementação do monitoramento da qualidade do ar.	18670 – Implantação de Estações de Monitoramento da Qualidade do ar.	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,87	R\$ 0,10	R\$ 1,97
		067.1.11 – Realização de análise da qualidade dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.	18677 - Análise das Amostras coletadas nas Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.	R\$ -	R\$ 0,02	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,02
	500 – Gestão e Manutenção da SEMA.	500.1.02 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional da	17973 - Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - SEMACE. 17971 - Aquisição de máquinas, equipamentos e	R\$ 1,51	R\$ 1,05	R\$ 0,14	R\$ 0,05	R\$ 2,75

		SEMA e vinculadas.	veículos - SEMACE.					
TOTAL SEMACE				R\$ 4,60	R\$ 2,43	R\$ 2,72	R\$ 1,32	R\$11,06
FUNCEME	018 – Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis.	018.1.01 - Geração de dados e informações de tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.	22611 - Promoção e Suporte ao Monitoramento de informações Hidroagrometeorológicas.	R\$ 1,79	R\$ 2,27	R\$ 1,82	R\$ 1,52	R\$ 7,41
		018.1.03 - Ampliação e modernização do sistema de monitoramento e previsão.	18416 – Ampliação e Modernização do Sistema de Monitoramento e Previsão.	R\$ -	R\$ 0,09	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,09
TOTAL FUNCEME				R\$ 1,79	R\$ 2,37	R\$ 1,82	R\$ 1,52	R\$ 7,50
TOTAL	8 programas	19 iniciativas	25 ações	R\$ 223,36	R\$ 226,15	R\$ 275,39	R\$ 268,71	R\$ 993,61

Para o exercício de 2019 as iniciativas acordadas estão vinculadas às seguintes ações, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Iniciativas e Ações do PPA 2016-2019 – Correlação com PPA 2012-2015

Setorial	Programas PPA 2012-2015	Programas PPA 2016-2019	Iniciativa PPA 2012-2015	Iniciativa PPA 2016-2019	Ação PPA 2012-2015	Ação PPA 2016-2019
SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	020 - Ensino Integrado à Educação Profissional	00771 - Construção, ampliação, adequação dos espaços escolares e aquisição de equipamentos, mobiliários, veículos, laboratórios tecnológicos e acervos para as Escolas Estaduais de Educação Profissional	020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional	19475 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18802 - Execução de obras e aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
				020.1.02 - Readequação da estrutura da Rede das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional	16422 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18803 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
					19482 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18804 - Execução de obras e aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Readequação
					16423 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18805 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Readequação
			00326 - Manutenção e funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional	020.1.03 - Garantia da oferta dos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional	28686 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional	22668 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Aporte
					21748 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	22669 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
					28685 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares de Educação Profissional	22670 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
					21747 - Manutenção e Funcionamento das Unidades de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	
			-	020.1.04 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional	-	18806 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional
			-			18807 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos
			00834 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos, apoio a projetos de estudo e pesquisa e concessão de bolsas de estágio	020.1.06 - Apoio a atividades de formação profissional dos alunos	19483 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional 16424 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	18815 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
STDS	050 - Assistência Social	080 - Proteção Social Básica	03180 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, através dos CRAS	080.1.01 - Apoio ao atendimento às crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social	14330 - Cofinanciamento dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias - PAIF	22874 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
SRH/COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos	017 - Gestão dos Recursos Hídricos	05273 - Readequação e modernização da estrutura de gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos.	-	14926 - Aquisição, instalação e Montagem de Equipamentos de Monitoramento (Telemetria e Medição de Qualidade e de Vazão)	-

Setorial	Programas PPA 2012-2015	Programas PPA 2016-2019	Iniciativa PPA 2012-2015	Iniciativa PPA 2016-2019	Ação PPA 2012-2015	Ação PPA 2016-2019
CIDADES	032 - Saneamento Ambiental	025 - Abastecimento de Água, esgotamento sanitário e drenagem urbana	5384 - Implantação, ampliação e melhorias de sistemas de esgotamento sanitário - CIDAES - PforR	025.1.07 - Ampliação do Serviço de Esgotamento Sanitário	21751 - Otimização de Sistemas de Esgotamento Sanitário - CIDAES - PforR	18946 - Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário - P4R
SEMA	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	064 - Resíduos Sólidos	03104 - Elaboração e implementação dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento Ambiental.	064.1.04 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos	14190 - Elaboração dos Planos de Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos	18911 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos
SEMA		066 - Ceará Mais Verde	-	066.1.02 - Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas	-	17569 - Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas
SEMA		067 - Ceará no Clima	-	067.1.02 - Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro	-	18878 - Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro
SEMACE	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	066 - Ceará Mais Verde	04815 - Monitoramento, controle e fiscalização das áreas protegidas do Estado do Ceará	066.1.13 - Ampliação das ações de proteção dos recursos ambientais das áreas protegidas do Estado do Ceará	19861 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Áreas Protegidas do Estado do Ceará	18667 - Monitoramento e Fiscalização das Áreas protegidas do Estado do Ceará
			02840 - Elaboração de planos, estudos e projetos ambientais	066.1.08 - Publicação de Inventário Florestal do Estado do Ceará Elaborado	19877 - Elaboração de Planos, Estudos e Projetos Ambientais	NÃO TEM AÇÃO VINCULADA
		067 - Ceará no Clima	05170 - Monitoramento, controle e fiscalização das unidades de conservação do Estado do Ceará	066.1.12 - Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará	21317 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará	18663 - Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará
			02466 - Realização do monitoramento da poluição/contaminação dos recursos hídricos do Estado do Ceará	067.1.11 - Realização de análise da qualidade dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará	21570 - Monitoramento da Poluição/Contaminação dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará	18677 - Análise das Amostras coletadas nas Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará
			-	067.1.09 - Implementação do monitoramento da qualidade do ar	-	18670 - Implantação de Estações de Monitoramento da Qualidade do ar
SEMACE		500 - Gestão e Manutenção da SEMA	00001 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional do CONPAM e vinculada	500.1.02 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional da SEMA e vinculadas	19287 - Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - SEMACE	17973 - Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - SEMACE
FUNCCEM	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	018 - Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis	02846 - Ampliação e operacionalização da rede de monitoramento hidroagrometeorológico do Estado do Ceará	018.1.01 - Geração de dados e informações de tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias	21421 - Promoção e Suporte ao Monitoramento de Informações Hidroagrometeorológicas	22611 - Promoção e Suporte ao Monitoramento de informações Hidroagrometeorológicas
				018.1.03 - Ampliação e modernização do sistema de monitoramento e previsão	13973 - Modernização e Operacionalização da Rede e Monitoramento Hidroagrometeorológico do Estado do Ceará	18416 - Ampliação e Modernização do Sistema de Monitoramento e Previsão
		079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	02847 - Elaboração do mapeamento e monitoramento hidroambiental do Ceará	-	14037 - Mapeamento Hidroambiental do Ceará	-

Contudo, o **Componente I** foi finalizado no ano de 2017. Desta forma, o Relatório IFR contemplará informações referentes às despesas incorridas até o referido ano. O Projeto PforR foi aditivado por mais um ano apenas para o Componente II, conforme Aditivo (Anexo 3), permanecendo o **Componente I inalterado e congelado**.

Abaixo segue o sumário da conciliação dos valores totais pagos do Componente I no ano de 2017, correlacionado com o Relatório da Execução Orçamentária de valor R\$ 257.394.609,75 e o IFR de valor R\$ 268.718.308,64.

Quadro 3 – Sumário da Conciliação dos Valores Totais Componente I - IFR e Execução Orçamentária

Descrição	Valores (R\$)
Execução Orçamentária Pago = (A)	257.394.609,75
Restos a Pagar SEDUC = (B)	14.561.202,89



Restos a Pagar SEMA = (C)	131.536,43
Restos a Pagar STDS = (D)	15.750,00
Restos a Pagar SEMACE = (E)	141.658,00
Valor Retido SIOF = (F)	449.539,75
Valores Glosados = (G)	3.076.908,68
Execução IFR = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)-(F)-(G)	268.718.308,64

A segunda parte do IFR corresponde às informações financeiras de cada projeto de Assistência Técnica do Componente II até 31 de maio de 2019, contendo os valores previstos no Projeto (valores do PF – Nota 16), os valores pagos no semestre; o pago no semestre sobre o PAD⁷; o acumulado pago no ano; o acumulado pago no ano sobre o PAD; o acumulado pago no Projeto; o acumulado pago no Projeto sobre o valor no PAD.

3.2 Fonte de Recursos

A origem ou fonte de recursos referente aos programas que integram o Componente I são os valores orçados na LOA, com exceção das fontes de operação de crédito no período em análise; já a fonte referente aos Projetos de Assistência Técnica do Componente II somente foi considerada a execução dos Projetos Finalísticos (PF) da fonte 48, utilizada para controlar recursos do Componente II.

3.3 Práticas Contábeis Adotadas

O regime de transações considerado no IFR do Projeto PforR é o de Caixa. Sob este método, os recursos são considerados receita quando ocorre seu recebimento e as despesas são reconhecidas quando o pagamento é efetuado. Esses pagamentos e recebimentos são realizados dentro do orçamento público do Estado do Ceará.

A execução do orçamento obedece às normas gerais de finanças públicas adotadas no Brasil, em especial o que dispõe a Lei nº 4.320/64. O fluxo financeiro do projeto é efetuado observando os procedimentos estabelecidos na norma supracitada.

Os ativos e passivos gerados com recursos do projeto foram registrados pelo seu valor original, respaldados nos documentos comprobatórios das operações, em conformidade com o estabelecido pela Lei 4.320/64 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

As informações deste relatório foram extraídas de quatro sistemas corporativos, SIAP – Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas e SIOF – Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro, sob a responsabilidade da Secretaria do Planejamento e

⁷ Valor do PAD com suas revisões estão refletidas no Plano de Aquisição. Os valores iniciais estão nas páginas números 47- 55 e 93 - 94 do PAD (versão português).

Gestão – SEPLAG; SACC – Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios, sob a responsabilidade da Controladoria Geral do Estado – CGE; e S2GPR – Sistema de Gestão Governamental por Resultados, sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, que registra os atos e fatos ocorridos na Administração Pública Estadual, em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O Relatório de Gerenciamento Financeiro (IFR) do projeto foi elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. NOTAS EXPLICATIVAS

Com o objetivo de complementar e esclarecer o Relatório de Gerenciamento Financeiro (IFR) do primeiro semestre de 2019, evidenciam-se abaixo as Notas Explicativas para os Componentes I e II. Conforme mencionamos anteriormente, o Projeto PforR foi aditivado por mais um ano apenas para o Componente II, portanto as notas a seguir trarão novas informações para este componente, permanecendo o Componente I inalterado, com execução até o ano de 2017. Essas Notas são identificadas no referido relatório pela numeração sequencial sobrescrita entre parênteses.

COMPONENTE I

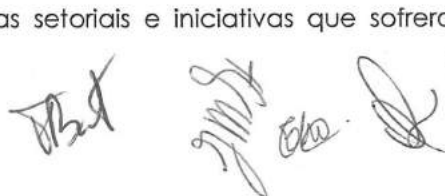

NOTA (1) – Os valores referentes à execução do Componente I não incluem as despesas com fontes de operações de crédito.

NOTA (2) – Em virtude da Reforma Administrativa trazida pela Lei 15.773/2015, algumas setoriais mudaram suas codificações e estão vinculadas a outras secretarias. Os pagamentos que ocorreram antes da mudança da estrutura orçamentária do Estado precisam ser evidenciados na Coluna “Acumulado do Projeto”. Por conta disso, o Relatório apresentará várias entidades com códigos distintos, conforme quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Codificações

Código Anterior	Código Atual
31200004-FUNCEME	29200007-FUNCEME
49200001-SEMACE	57200001-SEMACE
49000000-CONPAM	57000000-SEMA

NOTA (3) – Ao final do ano de 2017, foi realizada auditoria do TCE do Projeto PforR relacionada ao exercício de 2016. Os achados do Componente I estão descritos no Anexo 3 e foram glosados em novembro de 2017, sendo o relatório de 2016 refeito e reenviado para o TCE. Também foram identificados pagamentos realizados em 2014 e 2015, pois esses contratos só figuraram na amostra do TCE na auditoria do exercício de 2016. Abaixo discriminamos os sumários com as setoriais e iniciativas que sofreram

 10 

glosa. Essas glosas estão discriminadas por contrato, programa e iniciativa, totalizando o valor de **R\$ 34.668.028,61**.

Os contratos 309/2013 (Construção da escola de Palmácia), 124/2013 (Construção da escola de Itapery) e 019/2012 (Construção da escola de Jucás) da SEDUC que totalizam o valor de R\$ 21.863.336,29, os mesmos já se encontram com Processo de Tomada de Contas Especial Instaurada, que apura indícios de despesas irregulares durante a execução dos contratos com itens com preço superior ao normal ou ao de mercado.

Já o contrato 127/2014 (Construção da escola de Alto Santo) ainda será iniciada a representação para apuração de dano e o contrato 258/2014 (Construção da escola de Itarema) está em processo de representação com recomendação de conversão em Tomada de Contas Especial. Porém estes contratos, que totalizam o valor de R\$ 11.635.980,99, apresentam possíveis indícios de itens com preço superior ao normal ou ao de mercado também, o que levou a serem glosados.

A SEDUC teve ainda despesas identificadas sem amparo contratual, no valor de R\$ 364.137,62. Dessa forma, o total de despesas glosadas da secretaria foi de **R\$ 33.863.454,90**, conforme quadro abaixo.

Quadro 5 – Contratos e valores que sofreram glosa – SEDUC – 2016

Nº DO CONTRATO	Nº DO SIC	VALOR
sem amparo contratual		R\$ 364.137,62
309/2013	908834	R\$ 12.151.228,97
124/2013	891160	R\$ 7.112.451,26
019/2012	829816	R\$ 2.599.656,06
258/2014	928487	R\$ 5.983.048,91
127/2014	922048	R\$ 5.652.932,08
TOTAL		R\$ 33.863.454,90

Em relação aos valores glosados da SEMA foram identificados como devoluções de saldos de convênios no montante de **R\$ 229.252,71**.

Quadro 6 – Valores que sofreram glosa – SEMA – 2016

Quadro 3 - Valores que sofrerão ajuste - SEMTA - 2016						
Programa	Iniciativa	NE	DATA	NP	DATA	VALOR TOTAL NP
064 - Resíduos Sólidos	064.1.04	2713	31/12/2016	4178	31/12/2016	162.351,74
		2712	31/12/2016	4177	31/12/2016	40.162,00
		2711	31/12/2016	4176	31/12/2016	4.425,21
		2715	31/12/2016	4180	31/12/2016	17.888,55
		2714	31/12/2016	4179	31/12/2016	4.425,21
TOTAL						229.252,71

Já na SEMACE foram identificados problemas na elaboração de termo de referência, o que levou à indícios de possíveis itens com preço superior ao normal ou ao de mercado e esta secretaria teve valores glosados no montante de **R\$ 575.321,00**.

 11

Quadro 7 – Valores que sofreram glosa – SEMACE – 2016

Programa	Iniciativa	NE	DATA	NP	DATA	VALOR TOTAL NP
500 - Gestão e Manutenção Da SEMA	00001	714	18/12/2015	267	18/02/2016	248.340,00
500 - Gestão e Manutenção Da SEMA e vinculada	500.1.02	581	07/11/2016	3309	08/12/2016	227.645,00
		579	07/11/2016	3308	08/12/2016	99.336,00
TOTAL						575.321,00

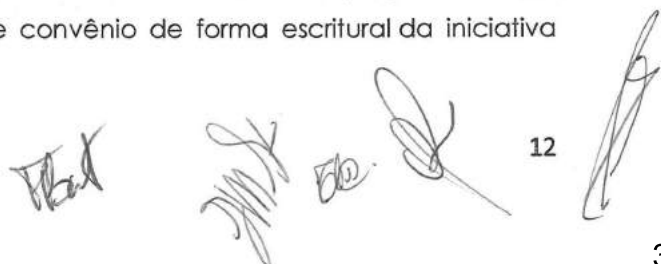
NOTA (4) - Em 2018, foram glosados mais valores relacionados aos contratos supracitados ainda vigentes, conforme quadro abaixo:

Quadro 8 – Contratos e valores que sofreram glosa – SEDUC – 2017

Nº do SIC	Nº do Contrato	Iniciativas	Data empenho	Nota de Empenho	Data pagamento	Nota de Pagamento	Valor pago	
922048	127/2014	020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	06/04/17	00006536	12/04/2017	00017204	78.399,40	
922048			24/05/17	00013488	05/07/2017	00042074	101.142,69	
922048			20/04/17	00008491	28/04/2017	00020913	80.847,58	
922048			20/04/17	00008544	28/04/2017	00020926	56.184,99	
922048			20/04/17	00008559	27/04/2017	00020602	169.499,74	
928487	258/2014		09/08/17	00029640	18/08/2017	00053602	262.673,81	
928487			17/10/17	00039663	26/10/2017	00074472	111.043,72	
928487			10/08/17	00029807	18/08/2017	00053641	710.108,82	
928487			10/08/17	00029810	18/08/2017	00053612	6.224,06	
928487			29/08/17	00032128	18/09/2017	00061150	225.648,75	
928487			16/10/17	00039378	24/10/2017	00073891	205.725,82	
928487			17/10/17	00039660	26/10/2017	00074475	182.412,84	
928487			17/10/17	00039661	26/10/2017	00074468	16.050,33	
928487			20/12/17	00052915	26/12/2017	00103320	450.143,37	
908834			309/2013	14/08/17	00030130	30/08/2017	00055751	55.091,27
908834				21/08/17	00030712	30/08/2017	00055705	48.782,97
908834				14/11/17	00044921	30/11/2017	00090322	203.382,70
908834				14/12/17	00050812	28/12/2017	00107202	1.441,14
908834				14/12/17	00050815	28/12/2017	00107511	50.905,97
908834	020.1.03 - Garantia da oferta dos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	14/12/17		00050815	25/04/2017	00018993	247,97	
908834		14/12/17		00050815	03/05/2017	00021652	22,54	
908834		14/12/17	00050815	03/05/2017	00021653	112,71		
Total							3.016.093,19	

Também na SEMACE foram glosados pagamentos de Restos a pagar da Iniciativa 500.1.02 de contrato que teve valores glosados em 2016, assim como pagamento que corresponde à devolução de recurso de convênio de forma escritural da iniciativa 066.1.12, conforme quadro abaixo:

12



Quadro 9 – Pagamentos que sofreram glosa – SEMACE – 2017

Iniciativa	Nota de Empenho	Nota de Pagamento	Data pagamento	Data empenho	Valor pago
066.1.12	485	2861	08/11/2017	27/10/2017	56.676,49
500.1.02	725	296	22/02/2017	19/12/2016	4.139,00
Total					60.815,49

NOTA (5) – SEDUC – Em 2016, houve a implementação do PPA 2016-2019, porém as iniciativas antigas do PPA 2012-2015 pertencentes ao Programa 014 – Ensino Médio Articulado à Educação Profissional continuam inclusas nos Relatórios Financeiros (IFR) com pagamentos de Restos a Pagar pagos no ano vigente. Segue abaixo a iniciativa e ação que houve execução:

00328 - Manutenção e funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional, com o valor de **R\$ 53.975,96**, distribuído na ação:

- ✓ **21747** - Manutenção e Funcionamento das Unidades de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional com o valor de **R\$ 53.975,96** referentes a Restos a Pagar empenhados em 2015 e pagos no ano vigente.

NOTA (6) – FUNCEME – Iniciativa e ação do Programa 018 – Climatologia, Meio Ambiente e Energia Renováveis (PPA 2016-2019) inclusas no escopo do PforR com execução estão elencadas abaixo:

018.1.01 – Geração de Dados e Informações de Tempo, Clima, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias, com o valor de **R\$ 1.524.114,90**, distribuídos na ação:

- ✓ **22611** – Promoção e Suporte ao Monitoramento e Geração de Informações Hidroagrometeorológicas com o valor de **R\$ 1.524.114,90**.

NOTA (7) – SEDUC – As iniciativas do Programa 020 - Ensino Integrado à Educação Profissional (PPA 2016-2019) inclusas no escopo do PforR estão elencadas abaixo:

020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional, com o valor de **R\$ 76.536.657,59**, distribuídos na ação:

- ✓ **18802** - Execução de Obras e Aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com o valor de **R\$ 77.447.140,33** empenhados e pagos no ano vigente. Contudo, desse valor foi glosado o montante de **R\$ 3.015.709,97**, conforme Nota 4. Houve também Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente no valor de **R\$ 2.105.227,23**.



020.1.02 - Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional, com o valor de valor de **R\$ 1.251.895,56**, distribuídos na ação:

- ✓ **18804** - Execução de Obras e Aquisição de Material Permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com o valor de **R\$ 286.587,49** empenhados e pagos no ano vigente e **R\$ 965.308,07** de Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente.

020.1.03 - Garantia da oferta dos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional, com o valor de **R\$ 154.889.471,14**, distribuídos nas ações:

- ✓ **22668** - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Aporte com o valor de **R\$ 8.752.621,62** empenhados e pagos no ano vigente. Contudo, desse valor existe um valor retido de **R\$ 2.655,12**, conforme Nota 5 a seguir. Houve também Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente no valor de **R\$ 1.215.417,05**;
- ✓ **22669** - Manutenção E Funcionamento Das Escolas De Ensino Médio Integrado À Educação Profissional com o valor de **R\$ 132.648.906,99** empenhados e pagos no ano vigente. Contudo, desse valor existe um valor retido de **R\$ 425.002,88**, conforme Nota 5 a seguir, e também houve glosa no valor de **R\$ 383,22** (Nota 4). Houve também Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente no valor de **R\$ 9.502.420,02**;
- ✓ **22670** - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com o valor de **R\$ 2.719.491,86** empenhados e pagos no ano vigente e **R\$ 478.654,82** de Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente, totalizando o valor de **R\$ 3.198.146,68**.

020.1.04 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional, com o valor de **R\$ 276.652,77**, distribuídos na ação:

- ✓ **18807** - Aquisição e Impressão de Materiais Pedagógicos com o valor de **R\$ 262.348,23** empenhados e pagos no ano vigente e **R\$ 14.503,54** referentes a Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente.

020.1.06 - Apoio às atividades de formação profissional dos alunos, com o valor de **R\$ 24.862.132,63**, distribuídos na ação:

14

- ✓ **18815** - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com o valor de **R\$ 24.646.819,18** empenhados e pagos no ano vigente. Contudo, desse valor existe um valor retido de **R\$ 10.581,75**, conforme Nota 5 a seguir e **R\$ 225.895,20** de Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente.

Segue Quadro abaixo com a Conciliação da Execução da SEDUC com as iniciativas antigas e novas.

Quadro 10 – Execução IFR SEDUC - PPA 2012-2015 e 2016-2019

PPA	Programa	Iniciat.	Execução Orçamentária	Restos a Pagar pagos	Glosa	Valor retido	Total IFR
2012-2015	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	328	R\$ -	R\$ 53.975,96	R\$ -	R\$ -	R\$ 53.975,96
2016-2019	020 - Ensino Integrado à Educação Profissional	020.1.01	R\$ 77.447.140,33	R\$ 2.105.227,23	R\$ 3.015.709,97	R\$ -	R\$ 76.536.657,59
		020.1.02	R\$ 286.587,49	R\$ 965.308,07	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.251.895,56
		020.1.03	R\$ 144.121.020,47	R\$11.196.491,89	R\$ 383,22	R\$ 427.658,00	R\$ 154.889.471,14
		020.1.04	R\$ 262.348,23	R\$ 14.304,54	R\$ -	R\$ -	R\$ 276.652,77
		020.1.06	R\$ 24.646.819,18	R\$ 225.895,20	R\$ -	R\$ 10.581,75	R\$ 24.862.132,63
Total			R\$ 246.763.915,70	R\$14.561.202,89	R\$ 3.016.093,19	R\$ 438.239,75	R\$ 257.870.785,65

NOTA (8) – As informações do IFR são oriundas de quatro sistemas corporativos: SIAP - Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas, SIOF - Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro, S2GPR - Sistema de Gestão Governamental por Resultados e SACC – Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios. O S2GPR é a fonte principal dos valores de execução financeira. Os outros três sistemas (SIOF, SIAP e SACC) recebem diariamente estes referidos valores. Contudo, eles possuem formas distintas de recepção destas informações, o que, por vezes, pode, inicialmente, resultar em valores diferentes. Assim, após essa breve consideração, informamos que recentemente a SEFAZ, por meio do S2GPR, passou a dividir o Valor Pago em: Valor Pago + Valor Pago Retido, sendo que para o Orçamento (SIOF) deveria ser considerado o Valor Pago + Valor Pago Retido e para o Financeiro (SIAP) apenas o Valor Pago efetivamente, ou seja, o desembolso financeiro ocorrido no período em análise. É importante lembrar que o Valor Pago Retido pode não se concretizar em pagamento, podendo o mesmo ser anulado posteriormente, ocasionando, portanto, apenas uma expectativa de pagamento. Em resumo, os pagamentos considerados no IFR são oriundos do SIAP, por se mostrarem mais fidedignos à realidade.

Dessa forma, no Quadro abaixo está evidenciada a divergência ainda existente entre os valores do SIOF e do SIAP, que incluem o supracitado valor retido e a glosa efetuada nos pagamentos de 2017, conforme Nota 4. Esses valores continuam incluídos no Relatório de Execução Orçamentária porém não pertencem mais ao IFR.

Quadro 11 – Comparativo de Valores Pagos entre SIOF e IFR (SIAP) – (R\$)

Iniciativa	Entidade	Valor Pago Ano 2017 (SIOF)	Valor Pago Ano 2017 IFR (SIAP)	Diferença SIOF e SIAP	
				Valor Pago Retido	Glosa - Auditoria
020.1.01	22000000 - SEDUC	R\$ 77.447.140,33	R\$ 74.431.430,36	R\$ -	R\$ 3.015.709,97
020.1.03	22000000 - SEDUC	R\$ 144.121.020,47	R\$ 143.692.979,25	R\$ 427.658,00	R\$ 383,22
020.1.06	22000000 - SEDUC	R\$ 24.646.819,18	R\$ 24.636.237,43	R\$ 10.581,75	R\$ -
066.1.09	57200001 - SEMACE	R\$ 1.153.619,65	R\$ 1.142.319,65	R\$ 11.300,00	R\$ -
066.1.12	57200001 - SEMACE	R\$ 81.150,43	R\$ 24.473,94	R\$ -	R\$ 56.676,49
500.1.02	57200001 - SEMACE	R\$ 13.329,99	R\$ 9.190,99	R\$ -	R\$ 4.139,00
TOTAL		R\$ 247.463.080,05	R\$ 243.936.631,62	R\$ 449.539,75	R\$ 3.076.908,68

NOTA (9) – SCIDADES – Em janeiro de 2017 houve substituição de iniciativas. A ação 18946 - *Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário - P4R* que antes era vinculada à Iniciativa 025.1.12 - *Otimização de sistemas de esgotamento Sanitário*, agora vincula-se à Iniciativa 025.1.07 - *Ampliação do serviço de esgotamento sanitário*.

NOTA (10) – SEMA – A iniciativa 064.1.04 – *Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos* apresentou pagamentos que ocorreram de forma ordinária no valor de **R\$ 34.743,57** e Restos a Pagar pagos no valor de **R\$ 131.536,43**, conforme quadro abaixo:

Quadro 12 - Notas de Pagamento – Restos a Pagar – Iniciativa 064.1.04

Nota de Empenho	Data	Nota de Pagamento	Fonte	Data	Valor
00000637	07/06/2016	00001993	000	06/07/2017	R\$ 93.294,30
		00001994	000	06/07/2017	R\$ 4.989,00
		00001995	000	06/07/2017	R\$ 1.496,70
		00004238	000	01/11/2017	R\$ 28.431,43
		00004272	000	01/11/2017	R\$ 3.325,00
Total					R\$ 131.536,43

NOTA (11) – SEMA – Em janeiro de 2017 houve substituição de iniciativas. A ação 18878 - *Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro* que antes era vinculada à Iniciativa 067.1.05 - *Implementação da política de gerenciamento costeiro*, agora vincula-se à Iniciativa 067.1.02 - *Promoção de ações voltadas ao fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental do Estado do Ceará*.

NOTA (12) – SEMACE – A iniciativa 067.1.09 – *Implementação do monitoramento da qualidade do ar* apresentou Restos a Pagar pagos em março e maio de 2017, totalizando o valor de **R\$ 101.603,34**, conforme quadro abaixo. Não houve programação orçamentária para o exercício de 2017.

16

Quadro 13 - Notas de Pagamento – Restos a Pagar – Iniciativa 067.1.09

Nota de Empenho	Data	Nota de Pagamento	Fonte	Data	Valor
00000334	06/07/2016	00000521	016	15/03/2017	R\$ 45.937,50
00000334	06/07/2016	00000522	016	15/03/2017	R\$ 5.775,00
00000334	06/07/2016	00000523	016	15/03/2017	R\$ 787,50
00000334	06/07/2016	00000667	016	29/03/2017	R\$ 22.968,75
00000334	06/07/2016	00000668	016	29/03/2017	R\$ 393,75
00000334	06/07/2016	00000669	016	29/03/2017	R\$ 2.887,50
00000334	06/07/2016	00001084	016	10/05/2017	R\$ 19.996,67
00000334	06/07/2016	00001086	016	10/05/2017	R\$ 342,80
00000334	06/07/2016	00001087	016	10/05/2017	R\$ 2.513,87
Total					R\$ 101.603,34

NOTA (13) – STDS/FEAS – Iniciativa e Ação do Programa 080 – Proteção Social Básica (PPA 2016-2019) inclusas no escopo do PforR estão elencadas abaixo:

080.1.01 – Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social, com o valor de **R\$ 7.315.750,00**, distribuídos na ação:

- ✓ **22874** – Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF com o valor de **R\$ 7.300.000,00** empenhados e pagos no ano vigente e **R\$ 15.750,00** de Restos a Pagar empenhados em 2016 e pagos no ano vigente, conforme quadro abaixo.

Quadro 14 - Notas de Pagamento – Restos a Pagar – Iniciativa 080.1.01

Nota de Empenho	Data	Nota de Pagamento	Fonte	Data	Valor
00003392	42.606,00	00001667	010	24/05/2017	R\$ 2.250,00
00003818	42.628,00	00001668		24/05/2017	R\$ 2.250,00
00005316	42.718,00	00001669		24/05/2017	R\$ 2.250,00
00005313	42.718,00	00001670		24/05/2017	R\$ 2.250,00
00005314	42.718,00	00002863		26/07/2017	R\$ 2.250,00
00005317	42.718,00	00002865		26/07/2017	R\$ 2.250,00
00005315	42.718,00	00002867		26/07/2017	R\$ 2.250,00
TOTAL					R\$ 15.750,00

NOTA (14) – SEMACE – A iniciativa 500.1.02 – Desenvolvimento Institucional e Estruturação Física e Tecnológica da SEMA e vinculada teve Restos a Pagar pagos no primeiro semestre de 2017 totalizando o valor de **R\$ 35.915,66**, conforme quadro abaixo:

Quadro 15 – Notas de Pagamento – Restos a Pagar – Iniciativa 500.1.02

Nota de Empenho	Data	Nota de Pagamento	Fonte	Data	Valor
00000590	14/11/2016	00000297	070	22/02/2017	R\$ 6.556,65
00000592	14/11/2016	00000298	070	22/02/2017	R\$ 828,02

00000577	04/11/2016	00000339	070	24/02/2017	R\$ 1.062,50
00000609	24/11/2016	00000552	070	21/03/2017	R\$ 5.000,00
00000591	14/11/2016	00000739	070	05/04/2017	R\$ 14.437,86
00000577	04/11/2016	00001452	070	09/06/2017	R\$ 2.106,33
00000591	14/11/2016	00001617	070	28/06/2017	R\$ 4.739,44
00000591	14/11/2016	00001618	070	28/06/2017	R\$ 1.184,86
TOTAL					R\$ 35.915,66

COMPONENTE II

NOTA (15) – Para melhor detalhamento das informações do desempenho financeiro do Componente II, inseriu-se abaixo da descrição do Projeto de Assistência Técnica o nome do subprojeto ou contrato, quando já assinado. O Relatório IFR, em seu Componente II, poderá ser gerado de forma analítica ou sintética. Dessa forma, se gerado no formato analítico, quando houver contrato, os valores pagos do Período Semestre, Acumulado no Ano e Acumulado do Projeto serão oriundos das informações do S2GPR - Sistema de Gestão Governamental por Resultados e SACC - Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios. Se gerado de forma sintética demonstrará apenas os Projetos mãe com a soma dos contratos que são vinculados a estes, informação proveniente do S2GPR.

NOTA (16) – Os valores previstos para 2019 no Componente II estão de acordo com os valores dos Projetos Finalísticos (PF).

NOTA (17) – Os valores da coluna P.A correspondem à projetos e subprojetos de Assistência Técnica do Plano de Aquisição (P.A) que é atualizado periodicamente no site do IPECE. Os valores em Reais foram obtidos a partir da celebração dos referidos contratos listados no Relatório. Atualmente o Plano de Aquisição contempla 84 subprojetos e totaliza o valor de US\$ 21.425.918,75, conforme Sumário abaixo:

Quadro 16 - Sumário dos valores dos Subprojetos de Assistência Técnica em 31/05/2019

Descrição	Nº	Valor US\$
Projetos com contratos Finalizados	84	21.425.918,75
Projetos com contratos em Execução	0	0,00
Assinando o Contrato / Publicação	0	0,00
Negociação do Contrato	0	0,00
Solicitação de Proposta Lançada	0	0,00
Elaborando o Relatório Final da Lista Curta	0	0,00
TDR e MC aprovado pelo BM e elaborando MI	0	0,00
Total (A)	84	21.425.918,75
FUNDO DE CONTINGÊNCIA (B)		3.486.581,25
Taxa Front-end Fee (taxa inicial) (C)		87.500,00
Total (A)+(B)+(C)		25.000.000,00

Handwritten signature

Handwritten signature
18

Portanto, em 31/05/2019 o total dos Projetos era **R\$ 64.175.554,46**, conforme Quadro abaixo:

Quadro 17 – Sumário Consolidado do Plano de Aquisição

CATEGORIAS		SUBPROJETOS		
Nº	Descrição	Qtd.	Valor	
			US\$	R\$
1	Empresas de Consultoria	39	18.284.338,79	55.035.357,00
2	Consultores Individuais	30	1.682.235,28	4.689.926,34
3	Serviços	15	1.459.344,68	4.450.271,12
Total		84	21.425.918,75	64.175.554,46

NOTA (18) – IPECE – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foram criados novos Projetos Finalísticos (PF) cadastrados em novos programas para cada MAPP de Assistência Técnica. Em virtude disso, os pagamentos efetuados nos PFs antigos ainda constarão no Relatório.

Segue Quadro com a conciliação dos PFs dos Contratos de Consultoria Individual do IPECE, destacando o valor dos Encargos Patronais (Total Outras Despesas).

Quadro 18 – Conciliação de Valores dos PFs das Consultorias Individuais do IPECE

Projeto Finalístico	Programa	Contrato	Acumulado do Projeto		Total
			Valor Executado	Encargo Patronal	
PF 4603010092014I - 2.1 Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE	019 - Coordenação do Planejamento Estadual	06/2014	R\$ 139.725,00	R\$ 27.945,00	R\$ 167.670,00
		07/2014	R\$ 40.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 48.000,00
		05/2015	R\$ 56.700,00	R\$ 11.340,00	R\$ 68.040,00
		09/2015	R\$ 25.500,00	R\$ 5.100,00	R\$ 30.600,00
		08/2015	R\$ 25.500,00	R\$ 5.100,00	R\$ 30.600,00
		10/2015	R\$ 25.080,00	R\$ 5.016,00	R\$ 30.096,00
			R\$ 8.360,00	R\$ 1.672,00	R\$ 10.032,00
		13/2015	R\$ 5.100,00	R\$ 1.020,00	R\$ 6.120,00
TOTAL PF 4603010092014I			R\$ 325.965,00	R\$ 65.193,00	R\$ 391.158,00
PF 4603010012016I - Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP - PFOR) - Consultores ESPECIALISTA E ANALISTA DE LICITAÇÕES.	065 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento	06/2014	R\$ 338.292,72	R\$ 67.658,54	R\$ 405.951,26
		05/2015	R\$ 108.540,00	R\$ 21.708,00	R\$ 130.248,00
		09/2015	R\$ 83.895,00	R\$ 16.779,00	R\$ 100.674,00
		08/2015	R\$ 202.856,28	R\$ 40.571,26	R\$ 243.427,54
		13/2015	R\$ 199.640,76	R\$ 39.928,15	R\$ 239.568,91
TOTAL PF 4603010012016I			R\$ 933.224,76	R\$ 186.644,94	R\$ 1.119.869,70

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

PF 46030100220161 - Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP - PFOR) - Consultores ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS.	065 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento	10/2015	R\$ 287.427,20	R\$ 57.485,40	R\$ 344.912,60
TOTAL PF 46030100220161			R\$ 287.427,20	R\$ 57.485,40	R\$ 344.912,60

NOTA (19) – CGE – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foi criado um novo Projeto Finalístico (PF) para o Projeto "Auditoria Técnica dos Indicadores" cadastrado em novo programa. Em virtude disso, os pagamentos efetuados no PF antigo ainda constarão no Relatório. Segue Quadro abaixo com a conciliação dos PFs dos Contratos 001/2015 e 001/2016 da CGE, com o valor dos Encargos Patronais e o total Acumulado do Projeto.

Quadro 19 – Conciliação de PFs das Consultorias Individuais da CGE

Projeto Finalístico	Programa	Contrato	Acumulado do Projeto		Total
			Valor Executado	Encargo Patronal	
PF 41000102120141 - 2.1 Auditoria Técnica dos Indicadores - AT.	063 - Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental	001/2015	R\$ 92.604,00	R\$ 18.220,79	R\$ 110.824,79
PF 41000100120161 - Auditoria Técnica dos Indicadores.	047 - Auditoria Governamental	001/2016	R\$ 35.477,51	R\$ 6.000,00	R\$ 41.477,51
TOTAL			R\$ 128.081,51	R\$ 24.220,79	R\$ 152.302,30

NOTA (20) – IPECE – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foi criado um novo Projeto Finalístico (PF) para o Projeto "Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP - PFOR) - Consultores ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS" (Contrato 10/2015), que antes tinha seus pagamentos inclusos no PF do Projeto "Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE".

NOTA (21) – Algumas setoriais empenharam despesas nos anos de 2017 e 2018 que não resultaram em efetivos pagamentos nos respectivos anos, portanto os pagamentos de seus contratos não aparecerão no Relatório de Execução Orçamentária – SIOF por se tratarem de despesas extraorçamentárias (Restos a Pagar). Segue quadro abaixo com os supracitados valores.

Quadro 20 – Restos a Pagar pagos em 2019

Setorial	Contrato	Ação	Restos a Pagar pagos em 2019
SEDUC	333/2018	18818	R\$ 129.000,00

[Assinatura]

[Assinatura]
5/10

20 *[Assinatura]*

SRH	02/2018	18475	R\$ 87.900,00
SRH	03/2016	18462	R\$ 470.276,42
IPECE	10/2018	18908	R\$ 627.497,50
	out/15	18889	R\$ 25.984,03
	01/2017	18907	R\$ 5.480,00
SDE	05/2018	17997	R\$ 1.648.409,15
TCE	21/2016	18490	R\$ 1.484.716,33
	01/2018		R\$ 183.377,18
TOTAL			R\$ 4.662.640,61

NOTA (22) – CGE – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foi criado um novo Projeto Finalístico (PF) para o Projeto "Gestão Documental", pertencente ao mesmo Programa 500 – Gestão e Manutenção da CGE. Em virtude disso, os pagamentos efetuados no PF antigo ainda constarão no Relatório.

Segue Quadro com a conciliação dos PFs do Contrato 12/2015 da CGE, com o valor dos Encargos Patronais (Total outras despesas) e o total Acumulado do Projeto.

Quadro 21 – Conciliação de Valores PFs das Consultorias Individuais do CGE

Projeto Finalístico	Programa	Contrato	Acumulado do Projeto		Total
			Valor Executado	Encargo Patronal	
PF 4100010032015I - 118 - Gestão Documental	500 - Gestão e Manutenção da CGE	12/2015	R\$ 21.233,60	R\$ 4.246,72	R\$ 25.480,32
PF 4100010032016I - Modernização do Arquivo da CGE - Gestão Documental			R\$ 24.766,40	R\$ 4.953,28	R\$ 29.719,68
TOTAL			R\$ 46.000,00	R\$ 9.200,00	R\$ 55.200,00

NOTA (23) – SEDUC – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foi criado um novo Projeto Finalístico (PF) para o Projeto "Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches" cadastrado em novo programa. Em virtude disso, os pagamentos efetuados no PF antigo ainda constarão no Relatório. Segue Quadro com a conciliação dos contratos do Projeto supracitado.

Quadro 22 – Conciliação de Valores dos contratos do Projeto "Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches"

Projeto Finalístico	Programa	Contrato	Acumulado do Projeto		Total
			Valor Executado	Encargo Patronal	
PF 2200010822015I - 2.2.b TREINAMENTO PARA OS COORDENADORES E DIRETORES DE CRECHES - AT.	072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	000964175	R\$ 10.098,59	R\$ -	R\$ 10.098,59
PF 2200013312016I - 1453 - TREINAMENTO PARA OS COORDENADORES E DIRETORES DE CRECHES - AT.	008 - Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na idade adequada	021/2017	R\$ 51.060,00	R\$ -	R\$ 51.060,00
		028/2017	R\$ 351.515,22	R\$ -	R\$ 351.515,22
		089/2017	R\$ 19.042,11	R\$ 3.120,00	R\$ 22.162,11
		105/2017	R\$ 822.105,26	R\$ -	R\$ 822.105,26

	043/2018	R\$ 3.835,50	R\$ -	R\$ 3.835,50
TOTAL		R\$ 1.257.656,68	R\$ 3.120,00	R\$ 1.260.776,68

NOTA (24) – SEDUC – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foi criado um novo Projeto Finalístico (PF) para o Projeto "PADIN – Desenho, Implementação, Monitoramento e Avaliação do Piloto de Apoio Domiciliário" cadastrado em novo programa. Em virtude disso, os pagamentos efetuados no PF antigo ainda constarão no Relatório.

Segue Quadro com a conciliação dos Contratos da SEDUC englobados no Projeto PADIN, com o valor dos Encargos Patronais (Total outras despesas) e o total Acumulado do Projeto.

Quadro 23 – Conciliação de Valores dos Contratos do Projeto PADIN - SEDUC

Projeto Finalístico	Programa	Contrato	Acumulado do Projeto		Total
			Valor Executado	Encargo Patronal	
2200010852016I - 2.2.b PADIN - DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PILOTO DE APOIO DOMICILIÁRIO - AT	008 - Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada	214/2016	R\$ 1.113.840,10	R\$ -	R\$ 1.113.840,10
		236/2016	R\$ 820.418,21	R\$ -	R\$ 820.418,21
		237/2016	R\$ 3.935.245,42	R\$ -	R\$ 3.935.245,42
		253/2016	R\$ 38.264,99	R\$ 7.653,00	R\$ 45.917,99
		030/2017	R\$ 64.262,64	R\$ 12.526,12	R\$ 76.788,76
		222/2017	R\$ 2.120,14	R\$ -	R\$ 2.120,14
2200013602016I - 1454 - PADIN - DESENHO , IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PILOTO DE APOIO DOMICILIÁRIO- AT. IMPRESSÃO		029/2016	R\$ 139.830,00	R\$ -	R\$ 139.830,00
2200010532015I - 2.2.b PADIN - DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PILOTO DE APOIO DOMICILIÁRIO - AT.	072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	014/2015	R\$ 55.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 66.000,00
		017/2015	R\$ 47.500,00	R\$ 9.500,00	R\$ 57.000,00
		018/2015	R\$ 9.360,00	R\$ -	R\$ 9.360,00
TOTAL			R\$ 6.225.841,50	R\$ 40.679,12	R\$ 6.266.520,62

NOTA (25) – SEDUC – O contrato 029/2016 está demonstrando seus pagamentos em um Projeto Finalístico (PF) separado dos demais contratos inclusos no PADIN, por se tratar de serviços de não consultoria (PADIN – Desenho, Implementação, Monitoramento e Avaliação do Piloto de Apoio Domiciliário – AT Impressão).

NOTA (26) – FEAS/STDS – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foi criado um novo Projeto Finalístico (PF) para o Projeto "Monitoramento e Capacitação dos CRAS" cadastrado em novo programa. Em virtude disso, os pagamentos efetuados no PF antigo ainda constarão no Relatório.

[Handwritten signatures and initials]

Segue Quadro abaixo com a conciliação dos Contratos do FEAS/STDS, com o valor de **R\$ 24.200,00** descrito no Relatório como "outras despesas" o qual se referem à Encargos Patronais e o total Acumulado do Projeto.

Quadro 24 – Conciliação de Valores dos Subcontratos/Contratos da STDS

Projeto Finalístico	Setorial	Programa	Contrato	Acumulado do Projeto		Total
				Valor Executado	Encargo Patronal	
4700011522014I - 2.2.b Monitoramento e capacitação dos CRAS - AT.	FEAS	050 - Assistência Social	17/2015	R\$ 46.200,00	R\$ -	R\$ 46.200,00
4702010552016I - 2.2.b Monitoramento e capacitação dos CRAS - AT.	STDS	080 - Proteção Social Básica	17/2015	R\$ 96.650,00	R\$ -	R\$ 96.650,00
			22/2015	R\$ 121.000,00	R\$ 24.200,00	R\$ 145.200,00
			58/2016	R\$ 297.506,00	R\$ -	R\$ 297.506,00
R\$ 721.516,00				R\$ -	R\$ 721.516,00	
4702010182017I - Capacitação e monitoramento das equipes de CRAS do PforR						
TOTAL				R\$ 1.282.872,00	R\$ 24.200,00	R\$ 1.307.072,00

NOTA (27) – SEDUC – O Projeto "Avaliação de Desempenho das Escolas Públicas Secundárias Profissionais de Educação com Recomendações de Melhoramentos" incluía o subprojeto "Impact Evaluation Workshop em Istambul" que teve o seu pagamento de **R\$ 7.132,11** em 11/06/2015. Após essa data, o referido projeto foi cancelado e remanejado no Plano de Aquisição para o Projeto "Avaliação de Impacto de Programas de Educação Profissional e Formação Técnica – AT". No entanto, o subprojeto não pode ser transferido no IFR por causa do PF, que tem a descrição do Projeto antigo.

NOTA (28) – SDE – Em virtude de algumas mudanças trazidas pela Lei nº16.710 de 21 de dezembro de 2018 que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo e altera a estrutura da Administração Estadual, a antiga Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE agora se intitula Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET. Porém o Relatório conterá a designação antiga pois os sistemas que trazem os pagamentos contemplados no Relatório ainda não foram atualizados.

NOTA (29) – SDE – Em 2016, com a implementação de novo PPA (2016-2019), foi criado um novo Projeto Finalístico (PF) para o Projeto "Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas" cadastrado em novo programa. Em virtude disso, os pagamentos efetuados no PF antigo (PF 5600010012015I - Capacitação servidor de acordo com exigência do PforR – Valor de **R\$ 6.543,95**) ainda constarão no Relatório.

[Assinatura]

[Assinatura] 23
[Assinatura]

NOTA (30) – FUNCEME – O Contrato da FUNCEME (Contrato 010/2015) foi celebrado com um consórcio entre duas empresas, Aqualogus/Azurit, uma empresa estrangeira e outra brasileira, respectivamente. O valor global do Contrato foi de **R\$ 1.665.164,98**, com pagamentos de taxas de conversão de moeda no valor de **R\$ 1.678,00**, totalizando o valor de **R\$ 1.666.842,98**. Essa taxa está vinculada ao pagamento efetuado à Empresa Aqualogus, porém não aparece no SACC. Deste modo, os valores **R\$ 1.036,50** (PF 3104010022016I) e **R\$ 641,50** (PF 3104010082017I) ficam evidenciados abaixo do valor pago para esta empresa, em "outras despesas".

Quadro 25 – Valores do Contrato 10/2015

Descrição	Valor Pago – Acumulado do Projeto
Valor Contrato Azurit - PF 3104010012016I	R\$ 426.141,97
Valor Contrato Aqualogus - PF 3104010022016I	R\$ 631.440,17
Taxa Bancária de Conversão da Moeda	R\$ 1.036,50
Valor Contrato Azurit - PF 3104010072017I	R\$ 261.183,80
Valor Contrato Aqualogus - PF 3104010082017I	R\$ 346.399,04
Taxa Bancária de Conversão da Moeda	R\$ 641,50
Total	R\$ 1.666.842,98

NOTA (31) – ARCE – O Contrato da ARCE (Contrato 06/2016) foi celebrado com uma empresa estrangeira. O valor global do Contrato foi de **R\$ 838.996,66**. Por se tratar de empresa com pagamento em moeda estrangeira, para sua conversão há uma taxa de câmbio a ser paga para a Caixa Econômica Federal. Essa Taxa de conversão está vinculada ao pagamento efetuado à Empresa estrangeira RPG, porém não aparece no SACC. Deste modo, o valor de **R\$ 986,00** fica evidenciado abaixo do valor pago para esta empresa, em "outras despesas".

NOTA (32) – SEMA – Em 2016, foi criado um Projeto Finalístico (PF) para pagamentos do Projeto Planos de Recuperação Áreas Degradadas (PRAD) (Contrato 20/2016). No ano de 2017, criou-se outro PF para os pagamentos do referido ano e neste ano vigente foi criado outro PF. Em virtude disso, o Relatório contém 3 PFs correspondentes ao mesmo contrato.

NOTA (33) – SEMA – Em 2016, foi criado um Projeto Finalístico (PF) para pagamentos do Projeto Avaliação Ambiental Estratégica de Políticas e Programas do Estado (Contrato 16/2016). No ano de 2017, criou-se outro PF para os pagamentos do ano vigente. Em virtude disso, o Relatório contém 2 PFs correspondentes ao mesmo contrato.

NOTA (34) – SEMA – Em 2016 foi criado um Projeto Finalístico (PF) para pagamentos do Projeto Avaliação do Impacto Econômico da Degradação Ambiental (Contrato 18/2016), que foi celebrado por três empresas, constituindo assim um Consórcio. Porém só foram realizados pagamentos em 2017, configurando Restos à Pagar. No ano de

Handwritten signature

Handwritten signature 24

Handwritten signature

2017, criou-se outro PF para os pagamentos do referido ano. Em virtude disso, o Relatório contém 2 PFs correspondentes ao mesmo contrato.

NOTA (35) – SEMA – Em 2016 foi criado um Projeto Finalístico (PF) para pagamentos do Projeto Capacitação para o pessoal técnico municipal (Contrato 06/2016). No ano de 2017, criou-se outro PF para os pagamentos do referido ano. Em virtude disso, o Relatório contém 2 PFs correspondentes ao mesmo contrato.

NOTA (36) – TCE – O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE) não utiliza os sistemas SIAP e SACC. Por esse motivo, o valor exibido na coluna Previsto Projeto é proveniente da LOA (Lei + Créditos). Seus pagamentos são provenientes da Execução Orçamentária, através da ação 18490.

NOTA (37) – TCE – O Banco Mundial, em missão realizada em Dezembro de 2018, informou que somente seriam considerados elegíveis os produtos entregues, aprovados e validados pela comissão de acompanhamento do contrato com a confirmação do atesto até 31 de janeiro de 2019. Os demais produtos seriam financiados com recursos próprios e o Banco faria o monitoramento da implantação do mesmo durante o período de graça findo em 31 de maio de 2019. O Contrato nº 21/2016 celebrado entre o TCE e a empresa Ernst & Young teve seu último produto (Homologação do Sistema no valor de R\$ 53.989,68) pago com recursos próprios do órgão, pois não foi entregue dentro do prazo estipulado. Ressaltamos que este produto foi entregue dia 28 de março de 2019, dentro do período de graça que é de Fevereiro à Maio de 2019.

Quadro 26 – Conciliação valores Contrato nº 21/2016

Descrição	Valor Pago – Acumulado do Projeto
Valor Contrato 21/2016	R\$ 2.699.484,22
Valor pago com recurso do Projeto PforR	R\$ 2.645.494,54
Valor pago com recursos próprios do TCE	R\$ 53.989,68
Total	R\$ 2.699.484,22

NOTA (38) – Devido à Criação de novos PFs com a implementação do novo PPA (2016-2019) e por existirem pagamentos vinculados a antigos PFs (PPA 2012-2015), alguns Projetos estarão repetidos no Relatório, com PFs novos e antigos. Em virtude disso, os valores da coluna “Plano de Aquisição” não refletirão o que demonstra o Plano de Aquisição disponível no site do IPECE. Abaixo segue Quadro com os Projetos que terão seu valor duplicado:

Quadro 27 – Projetos com valores duplicados no IFR

Setorial	Projetos	Valores
CGE	Gestão Documental.	R\$ 55.200,00

IPECE	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará - CONSULTORES PLENOS. (Giuseppe Nogueira)	R\$ 573.621,24
	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará - CONSULTORES PLENOS. (Viviane Ramos)	R\$ 198.288,00
	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES. (Rodrigo Almeida)	R\$ 274.027,56
	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES. (Livia Castro)	R\$ 131.274,00
	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES. (André Morel)	R\$ 245.688,92
	Consultor Individual especializado em Políticas Públicas para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do PforR.	R\$ 385.040,60
STDS	Aquisição de Serviços de Empresa Especializada na Elaboração de Arte Gráfica/Design , Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais para Capacitação das Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social.	R\$ 142.850,00
	Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS de 36 municípios do Estado do Ceará.	R\$ 1.019.022,00
SEDUC	Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.	R\$ 261.624,46
	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores.	R\$ 79.421,76
FUNCEME	Suporte ao Estudo da Metodologia de modelagem de qualidade da água para os reservatórios do estado do Ceará (AZURIT)	R\$ 687.325,77
	Suporte ao Estudo da Metodologia de modelagem de qualidade da água para os reservatórios do estado do Ceará (AQUALOGUS)	R\$ 979.517,21
SEMA	Planos de recuperação de áreas degradadas (PRAD) por lixões a céu aberto.	R\$ 2.608.864,60
		R\$ 2.608.864,60
	Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	R\$ 342.155,00
	Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.	R\$ 563.157,73
	Capacitação para o pessoal técnico municipal.	R\$ 710.638,32
TOTAL		R\$ 11.866.581,79

A seguir temos a Conciliação de acordo com o Plano de Aquisição dos Projetos de Assistência Técnica:

Quadro 28 – Conciliação de Valores do Plano de Aquisição

Descrição	Valores (R\$)
Lista de projetos - Plano de Aquisição (A)	64.175.554,46
Valor Plano de Aquisição no IFR (B)	76.042.136,25
Valores Duplicados (C)	11.866.581,79
Total Plano de Aquisição (B) - (C) = (A)	64.175.554,46

NOTA (39) – Os desembolsos do Componente 2 efetuados até o ano de 2019 estão dispostos no Quadro abaixo:

Quadro 29 – Sumário de Desembolsos e respectivas internalizações

Desembolsos		Internalizações			
Data	US\$	Data	Taxa	US\$	R\$
21/07/2014	7.000.000,00	04/08/2014	2,2612	3.500.000,00	7.914.200,00
		12/08/2014	2,2900	1.000.000,00	2.290.000,00
		10/09/2014	2,2921	2.500.000,00	5.730.250,00
01/09/2016	12.327.528,00	05/09/2016	3,2350	12.327.528,00	39.879.553,08

12/09/2018	1.284.802,75	12/09/2018	4,1370	1.284.802,75	5.315.228,98
19/12/2018	353.577,02	19/12/2018	3,8670	353.577,02	1.367.282,34
28/01/2019	462.255,23	05/02/2019	3,6500	462.255,23	1.687.231,59
Total	21.428.163,00	-	-	21.428.163,00	64.183.745,99

Ao fim do projeto, restará um valor de US\$ 2.244,25 pendente na Conta Operativa que deverá ser devolvido ao Banco Mundial após o envio deste último Relatório Financeiro que documentará os últimas despesas efetivadas no Componente 2.

NOTA (40) – O Quadro abaixo apresenta a Conciliação dos valores do Saldo de Encerramento e no Anexo 2 encontram-se os Extratos Bancários de Abril de 2019 da Conta Corrente e da Aplicação, confirmando o saldo da Conta Corrente de **R\$ 110,00** e da Aplicação de **R\$ 8.136,05** que inclui os rendimentos de **R\$ 54,52**.

Quadro 30 – Conciliação – Saldo de Encerramento

Descrição	Valores R\$
Saldo Inicial (A)	-
Fonte - Desembolso (B)	64.183.745,99
Despesas Componente II (C)	64.175.554,46
Saldo Final Conta = (A) + (B) - (C)	8.191,53
Valor Extrato Corrente em 30/04/2019 (D)	110,00
Valor Extrato Aplicação em 30/04/2019 (E)	8.136,05
Rendimentos (F)	54,52
Conferência Saldo da Conta = (D) + (E) - (F)	8.191,53



*TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ*

CARTA GERENCIAL

**Auditoria do Projeto de Apoio ao Crescimento
Econômico com Redução das Desigualdades e
Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará –
Programa para Resultados**

PforR Ceará – Estado do Ceará

Acordo de Empréstimo nº 8302-BR

Período: 01.01.2018 a 30.04.2019

Fortaleza/Ceará

2019

LISTA DE SIGLAS

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
ASSJUR – Assessoria Jurídica
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CGE – Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará
FDI- Fundo de Desenvolvimento Industrial
IFAC – Federação Internacional dos Contadores
INTOSAI – Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
NP – Nota de Pagamento
PADIN – Programa de Apoio do Desenvolvimento Infantil
PforR – Programa para Resultados
PRAD – Plano de Recuperação das Áreas Degradadas
SBQC – Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SEDET – Secretaria do Desenvolvimento Econômico
SIEC – Sistema de Informações Estratégias de Controle
SIGERH – Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
SEDUC – Secretaria da Educação
SEMA- Secretaria do Meio Ambiente
SEPLAG – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará
SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos
SQC – Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor
TCE-CE – Tribunal de Contas do Estado Ceará
UGP – Unidade de Gerenciamento de Projeto

SUMÁRIO

1. EXTENSÃO DOS EXAMES E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA REALIZADOS.....	50
2. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES	50
2.1 Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos	50
2.2 Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos.	51
2.3 Funcionamento do Sistema de Monitoramento das empresas incentivadas pelo FDI ...	51
2.4 Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos.	51
2.5 Não comprovação da carga horária de evento	52
3 CONTROLE INTERNO	52
3.1 Avaliação dos Controles Internos da Unidade de Gerenciamento de Projetos.....	52
3.2 Avaliação dos Controles Internos dos Órgãos Envolvidos na Execução Financeira.....	52
4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	53
4.1 Execução Financeira do Componente 1	53
4.2 Execução Financeira do Componente 2 – Assistência Técnica.....	53
5 ANÁLISE DA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS	53
5.1 SEPLAG	53
5.1.1 Não divulgação do produto da consultoria para novos secretários	53
5.1.2 Realização de aditivo sem considerar as alterações do termo anterior.....	54
5.2 CGE	54
5.2.1 Grandes diferenças nas avaliações de proposta técnica na Seleção de Consultoria....	54
5.2.2 Ausência de formalização das substituições de especialistas da equipe chave	55
5.2.3 Baixa Utilização do Sistema de Informações Estratégicas de Controle.....	55
5.3 SEDUC	55
5.3.1 Utilização do Método de seleção e contratação de consultoria divergente do previsto no Plano de Aquisição	55
5.3.2 Inconsistências no processo de contratação da consultoria para elaboração das matrizes dos testes de avaliação dos cursos profissionais das escolas do Ceará.....	56
5.4 SRH	57
5.4.1 Fragilidade no Atesto de Recebimento de Produtos	57
5.4.2 Atraso na formalização de Substituição de Profissional da Equipe Chave	57
5.4.3 Ausência de Comprovação da Realização do Treinamento sobre o SIGERH.....	58
5.4.4 O SIGERH não se encontra em funcionamento	59
5.5 SEMA	60
5.5.1 Incertezas na implementação dos planos para recuperação de áreas Degradadas.....	60
5.6 SEDET.....	60
5.6.1 Deficiência na Organização Documental	60
5.6.2 Inconsistência na anulação de Notas de Pagamentos	60
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62

1. EXTENSÃO DOS EXAMES E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA REALIZADOS

Os exames de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do Acordo de Empréstimo do Banco Mundial com o *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará)* – N°8302-BR, referente ao período de 01.01.2018 a 30.04.2019, bem como os processos de seleção e contratação de consultores no aludido período, foram conduzidos de acordo com as Normas e os Procedimentos de Auditoria Governamental de aceitação geral no Brasil, os quais são compatíveis com as orientações emanadas pela Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) e pela Federação Internacional dos Contadores (IFAC).

Para obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras do Projeto e que os processos de seleção e contratação de consultoria estão livres de distorção relevante, a auditoria obteve provas em documentos e registros, na extensão julgada necessária, amparadas em papéis de trabalho, utilizando as fontes de critérios que regem a Administração Pública, assim como o Acordo de Empréstimo celebrado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

2. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES

Através da Carta Gerencial da Auditoria Financeira alusiva ao exercício de 2017 que se refere aos comentários sobre a avaliação dos controles internos da Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP, análise da Execução Financeira e análise das aquisições de bens, obras e serviços de não consultoria e contratação de consultores daquele período, foram apresentadas recomendações e orientações aos órgãos envolvidos no gerenciamento e execução do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – PforR.

Oportunamente, foram apresentadas as respostas às recomendações da auditoria, onde foram evidenciados os encaminhamentos e a respectiva evidência. À luz do exposto, a seguir está descrita a análise que contempla os aspectos destacados na Auditoria do exercício anterior, debruçada sobre o período de 01.01.2018 a 30.04.2019

Estão informadas a seguir as análises das medidas apresentadas pela Unidade Gestora do Projeto (UGP) e pelas setoriais envolvidas sobre as recomendações propostas na auditoria do exercício findo 31.12.2017 sobre seleção e contratação de consultores destinadas a CGE, IPECE, SEDET e SEPLAG, a seguir análise:

2.1 Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos

A recomendação sobre a Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos foi:

Recomendação 1: À CGE, efetuar a formalização das modificações contratuais antes do atesto do recebimento dos produtos.

Manifestação do Auditado: A CGE informou que adota a ação de atestar os itens e os produtos entregues, de acordo com os anexos ao contrato formalizado.

Análise da Auditoria: Consideramos que a medida adotada é coerente para sanar a fragilidade apontada. Enfatizamos que, na presente auditoria, não identificamos reincidências do fato que motivou a recomendação. Sendo assim, entendemos que a recomendação foi atendida.

2.2 Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos.

A recomendação sobre a Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos foi:

Recomendação 2: Ao IPECE, efetuar a formalização das modificações contratuais antes do atesto do recebimento dos produtos.

Manifestação do Auditado: o IPECE informou que publicou uma circular interna com as observações sobre alteração contratuais, mesmo que tais mudanças tenham sido acordadas em produtos anteriores.

Análise da Auditoria: Consideramos que a medida adotada é coerente para sanar a fragilidade apontada. Enfatizamos que, na presente auditoria, não identificamos reincidências do fato que motivou a recomendação. Sendo assim, entendemos que a recomendação foi atendida.

2.3 Funcionamento do Sistema de Monitoramento das empresas incentivadas pelo FDI

A Recomendação sobre o Funcionamento do Sistema de Monitoramento das empresas incentivadas pelo FDI foi:

Recomendação 3: À SDE, disponibilizar os dados relativos aos incentivos fiscais concedidos às empresas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará – FDI ao público externo.

Manifestação do Auditado: A SEDET informou que irá montar e publicizar o painel de disponibilização de informações.

Análise da Auditoria: Entendemos que a ação favorece ao atendimento da recomendação proposta. No entanto, a Secretaria precisa evoluir no sentido de concretizá-la a fim de implementar a recomendação. Todavia, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, cabe alertar à SEDET que desenvolva o painel e disponibilize os dados relativos aos incentivos fiscais concedidos às empresas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará – FDI ao público externo.

2.4 Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos.

A Recomendação sobre a Formalização das modificações posteriores ao recebimento dos produtos foi:

Recomendação 4: À SEPLAG, efetuar a formalização das modificações contratuais antes do atesto do recebimento dos produtos.

Manifestação do Auditado: A SEPLAG informou que para prevenir situações da mesma natureza, implantou a Coordenadoria de Controle Interno.

Análise da Auditoria: Consideramos que a medida adotada é coerente para sanar a fragilidade apontada. Enfatizamos que, na presente auditoria, não identificamos reincidências do fato que motivou a recomendação. Sendo assim, entendemos que a recomendação foi atendida.

2.5 Não comprovação da carga horária de evento

A recomendação sobre a não comprovação da carga horária de evento foi:

Recomendação 5: À SEPLAG, apresentar adequadas evidências das realizações de cursos, eventos, dentre outros, evitando o atesto de produtos com especificações divergentes daquela contratada.

Manifestação do Auditado: A SEPLAG informou que o curso foi realizado com carga horária mínima conforme previsto no Contrato, entretanto por uma questão de estratégia educacional foi realizado em mais de uma etapa conforme se observa nas evidências apresentadas em Anexo.

Análise da Auditoria: Sobre o conteúdo apresentado pela SEPLAG, restou comprovado que o treinamento foi efetivado, muito embora as suas datas de realização ainda permaneçam imprecisas. Considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, cabe alertar à SEPLAG para apresentar adequadas evidências das realizações de cursos, eventos, entre outros, evitando o atesto de produtos ou serviços com especificações divergentes daquelas contratadas.

3 CONTROLE INTERNO

3.1 Avaliação dos Controles Internos da Unidade de Gerenciamento de Projetos

A Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) é responsável pela coordenação geral das atividades do PforR. Dentre as atividades desenvolvidas e monitoradas pela UGP, foram observadas a elaboração de relatórios semestrais reportando o acompanhamento detalhado das atividades desenvolvidas pela UGP e a sua constante preocupação com a comunicação das recomendações emanadas pela auditoria, promovendo reuniões para tratar do assunto e cobrando das setoriais envolvidas os respectivos planos de ação.

Por fim, esta equipe de auditoria reconhece a salutar prática adotada pela UGP de disponibilizar as citadas documentações, assim como outros materiais importantes do PforR, na rede mundial de computadores, mantendo um portal eletrônico que promove o fácil acesso aos registros do Projeto.

3.2 Avaliação dos Controles Internos dos Órgãos Envolvidos na Execução Financeira

Com base no conhecimento adquirido pela equipe de auditoria durante a execução do projeto, que foi o principal norteador para seleção exitosa das despesas a serem inspecionadas, e considerando os aspectos já citados no tópico “Monitoramento das Recomendações Anteriores”,

foi possível inferir que, exceto pelos aspectos elencados nesta Carta Gerencial, o nível de segurança dos controles internos pode ser considerado compatível com a execução do Projeto.

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Execução Financeira do Componente 1

As Demonstrações Financeiras do PforR permitem identificar que o total de despesas acumuladas, consideradas elegíveis no Componente 1 do projeto, é no valor de R\$ 993.613.678,42. Desta forma, o patamar de US\$ 325 milhões de dólares estadunidenses, equivalentes a R\$ 728 milhões de reais, que corresponde ao valor da operação de crédito, foi atingido.

Os valores correspondentes ao Componente 1 estão incluídos nas Demonstrações Financeiras mas, para fins de emissão de opinião dos auditores, são considerados somente os gastos referentes ao Componente 2 (Assistência Técnica).

4.2 Execução Financeira do Componente 2 – Assistência Técnica

As Demonstrações Financeiras do PforR permitem identificar que o total de despesas acumuladas, consideradas elegíveis no Componente 2 (Assistência Técnica) do projeto, é no valor de R\$ 64.175.554,46, atingindo o patamar de 84% do valor previsto para esse componente na operação de crédito (R\$ 76.042.136,25).

5 ANÁLISE DA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS

5.1 SEPLAG

5.1.1 Não divulgação do produto da consultoria para novos secretários

A empresa Elogroup Desenv e Consultoria Ltda. foi contratada por meio de Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC) para elaborar planejamento da força de trabalho do Poder Executivo do Estado do Ceará, com o contrato nº. 002/2017 assinado em 23/03/2017. A quantia de R\$ 3.190.305,05 foi paga pelo serviço, o qual foi finalizado em 30/09/2018. Contudo, no início de janeiro de 2019, houve uma reforma no secretariado do Estado do Ceará e as informações decorrentes do produto dessa consultoria, que podem auxiliar sobremaneira a alta gestão, ainda não foram repassadas aos novos gestores até a data de realização desta auditoria.

Tendo em vista se tratar de informação relevante, o repasse aos novos gestores tornará o estudo realizado pela consultoria mais efetivo. Vale ressaltar que a quantia paga por esta consultoria é considerável e, em breve, pode se tornar obsoleta.

Desta forma, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, alertamos à SEPLAG para comunicar aos novos secretários o produto da consultoria desenvolvida pela empresa Elogroup que dimensionou a força de trabalho atual e futura dos órgãos do Estado do Ceará.

5.1.2 Realização de aditivo sem considerar as alterações do termo anterior

Analizando os termos aditivos oriundos do contrato nº. 002/2017 assinado em 23/03/2017, celebrado entre a Secretaria de Planejamento (SEPLAG) e empresa Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda. no valor de R\$ R\$ 3.190.305,05, verificou-se que em 15 de janeiro de 2018 foi realizado o primeiro aditivo ao contrato que modificou o prazo de vigência e também alterou os cronogramas de pagamento e entrega.

Em 21 de maio de 2018, quando foi realizado o segundo aditivo, o conteúdo deste termo não considerou as mudanças ocorridas em janeiro nos cronogramas de entrega e de pagamento. Apesar disso, ao averiguar os processos de pagamentos constatou-se que os produtos foram entregues de acordo com as modificações ocorridas no primeiro aditivo.

Desta forma, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, alertamos à SEPLAG para observar as alterações contratuais já efetuadas quando da realização de novos aditivos.

5.2 CGE

5.2.1 Grandes diferenças nas avaliações de proposta técnica na Seleção de Consultoria

Ao analisar o Contrato nº 026/2016, firmado entre a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado-CGE e a empresa Ivia Serviços de Informática Ltda, que trata dos serviços de consultoria para a Implementação do Sistema de Informações Estratégica do Poder Executivo do Estado do Ceará, verificamos que houve grande diferença na atribuição de notas nas propostas técnicas para o mesmo subcritério por diferentes avaliadores, sem apresentação de justificativa no relatório de avaliação técnica. Tais diferenças estão detalhadas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Detalhamento das diferenças na avaliação das propostas técnicas

Empresa	Subitem do critério	Pontuação Máxima	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
Ivia Serviços de Informática LTDA	1.1 abordagem técnica e metodologia	20,00	14,00	18,00	8,00

Fonte: elaborado pela equipe

A situação apresentada no caso em tela, contraria as Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores, subitem 2.22, que assim dispõe:

(...) Grandes diferenças entre pontuações individuais atribuídas ao mesmo critério ou subcritério de uma proposta por diferentes membros da comissão serão discutidas, e uma justificativa deverá ser apresentada no relatório de avaliação técnica.

Dessa forma, entendemos que o não registro da justificativa no relatório de avaliação tem como causa o desconhecimento das Diretrizes adotadas pelo Banco Mundial. Portanto, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, cabe alertar a CGE que envide esforços no sentido de participar de cursos ofertados pelo Banco Mundial sobre as regras de Seleção e Contratação de Consultores a fim de que, em futuros processos dessa mesma natureza, essas normas sejam observadas.

5.2.2 Ausência de formalização das substituições de especialistas da equipe chave

Verificamos que durante o início da execução do Contrato nº 026/2016 firmado entre a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e a empresa Ivia Serviços de Informática Ltda., houve substituição de especialistas da equipe chave, conforme pode se observar no quadro 2, a seguir:

Quadro 2- Substituição de especialistas da equipe chave

Cargo	Nome	Substituição por	Data
Analista de TI	Adélia Cisne Cunha	Felipe Barbosa Nogueira	31/05/2017
Cientista de Dados	Fábio Matos Peixoto	Lenilson Pinheiro Valério	02/01/2017

Fonte: elaborado pela auditoria

Tais substituições foram precedidas de avaliação dos currículos por uma comissão da CGE, a qual considerou a qualificação dos especialistas adequada para as devidas substituições. No entanto, verificamos que não foi observado o requisito de formalização de termo aditivo, procedimento obrigatório para as modificações contratuais.

Dessa forma, entendemos que houve falha na adoção do procedimento adequado, o que traz por consequência, a participação de especialistas sem vínculo contratual. Assim, por se tratar do relatório final de auditoria do PforR, consideramos cabível alertar à CGE que adote medidas no sentido de formalizar as alterações contratuais por meio de termo aditivo a fim de deixar consignado nesse instrumento todas as modificações ocorridas na vigência do contrato.

5.2.3 Baixa Utilização do Sistema de Informações Estratégicas de Controle

O objeto do Contrato nº 026/2016 firmado entre CGE e a empresa Ivia Serviços de Informática Ltda. é o desenvolvimento de Sistema de Informações Estratégicas de Controle -SIEC para atender aos insumos fornecidos pela área de negócio da CGE, disponibilizando uma solução tecnológica que agregue valor ao processo de Governança do Estado e melhore a tomada de decisão nas instâncias de Governança.

Durante a auditoria houve a apresentação do sistema, quando foi possível perceber que os usuários fazem pouco uso do SIEC. Tal situação pode ter sido causada pela ainda pouca divulgação do sistema, que é novo e se encontra em processo final de implantação na data de realização da auditoria, o que vem acarretando baixa frequência de acessos ao sistema. Assim, por se tratar do relatório final de auditoria do PforR, consideramos cabível alertar à CGE que envie esforços na divulgação da ferramenta para aumentar os acessos de usuários a fim de que o SIEC tenha um aproveitamento mais efetivo.

5.3 SEDUC

5.3.1 Utilização do Método de seleção e contratação de consultoria divergente do previsto no Plano de Aquisição

Ao analisar o processo licitatório para selecionar empresa de consultoria com o objetivo de realizar serviços técnicos especializados em visitas domiciliares e para formação dos agentes de desenvolvimento infantil e dos supervisores do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, que deu origem ao contrato nº 236/2016, observamos que o método de seleção utilizado foi Seleção Baseada na Qualidade e no Custo -SBQC, em desacordo ao

método previsto no Plano de Aquisição apresentado no processo instruído pela SEDUC que era Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor – SQC. Fato confirmado pela UGP que apresentou Plano de Aquisição, no qual está incluído o método SQC para essa contratação. Além disso, não consta no processo de seleção nenhuma justificativa da mudança de método de seleção.

Sobre o assunto as Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores do Banco Mundial, em seu item 1.25, expressa que “Todos os Planos de Aquisições e suas atualizações ou modificações estarão sujeitos à revisão prévia e não objeção do banco antes de sua implementação”. Situação causada pela inobservância dos responsáveis e que traz por consequência a adoção método de seleção divergente do pactuado.

Diante dessa situação, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, alertamos à SEDUC e à UGP que observem os métodos de aquisição previstos e, quando necessário, realizem as atualizações no Plano de Aquisições com a anuência do Banco Mundial, a fim de manter a sua fidedignidade.

5.3.2 Inconsistências no processo de contratação da consultoria para elaboração das matrizes dos testes de avaliação dos cursos profissionais das escolas do Ceará.

O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), vinculado a Universidade Federal de Juiz de Fora foi contratado em 17/08/2017, por inexigibilidade (contratação direta) para elaboração das matrizes dos testes de avaliação dos cursos profissionais das escolas do Ceará, recebendo R\$ 864.398,52 pelos serviços prestados.

Entretanto, antes da contratação direta, houve uma tentativa de SBQC, que foi revogada pelo fato de as empresas selecionadas na lista curta não serem da mesma natureza e por isso não poderem competir juntas. Informamos ainda que não consta nos autos o parecer técnico usado para fundamentar a decisão de anular o processo de seleção. A equipe de auditoria teve ciência do referido documento, o qual não está assinado, após comunicação com a UGP. Sendo assim, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, alertamos à SEDUC para que mantenha a adequada organização documental a fim de evitar o extravio de documentos.

Ademais, analisando a pesquisa de preços para estimativa do valor da Contratação Direta, em específico o seu memorial de cálculo, verificamos que, muito embora o orçamento contenha legendas indicando a referência dos preços, não foram acostados documentos que embasassem tais valores. Além disso, para justificar o preço pelo qual a consultoria seria contratada diretamente, foram anexados declarações da própria CAED informando que prestou serviço similar junto a outros entes públicos com valores aproximadamente de R\$ 87.528,88 e R\$ 532.334,22. Contudo, a ASSJUR da SEDUC se posicionou no sentido de que esses documentos não podem ser adotados como parâmetro de mercado, haja vista que tais valores não estavam acompanhados de composição de custos, o que inviabilizou a comparação com o valor a ser contratado (R\$ 864.398,52), impossibilitando a comprovação de que a contratação seria vantajosa para administração pública. Isto posto, foi anexado cópia do contrato nº. 207/2015 celebrado entre a CAED e a SEDUC para realização de avaliação das escolas do estado do Ceará na quantia de R\$ 15.737.572,54, mas novamente sem identificar a composição de custos. Ressaltamos que não houve apreciação deste último documento pela assessoria jurídica, sendo dado andamento no trâmite do processo.

Entendemos que os valores apresentados não dão embasamento para avaliar se o valor contratado está no patamar de mercado, pois não foram apresentadas as composições de custos. Sendo assim, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, alertamos à SEDUC aperfeiçoar a realização de pesquisa de mercado nas contratações.

5.4 SRH

5.4.1 Fragilidade no Atesto de Recebimento de Produtos

Durante a auditoria, ao analisar os processos de pagamentos relativos ao contrato nº 03/2016, que trata de Consultoria para implementação e implantação do Sistema Integrado de Informações de Gestão de Recursos Hídricos, observamos que o atesto não faz menção à aderência às especificações exigidas no Termo de Referência, bem como não relata os ajustes que foram necessários durante o processo de entrega do produto até a sua aprovação pela comissão de acompanhamento e fiscalização. A situação é causada pela inobservância dos responsáveis na ocasião do recebimento do produto, ocasionando incerteza em relação a aderência do produto às especificações do Termo de Referência.

Dessa forma, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, entendemos pertinente alertar à SRH e UGP para que elabore o atesto de forma mais detalhada e padronizada, fazendo constar a indicação de que os produtos recebidos atendem às especificações exigidas e que foi aprovado com as devidas correções, quando for o caso.

Em manifestação enviada à equipe de auditoria, em 17.10.2019, a SRH informa que os Atestos de Recebimento são precisos e minuciosos, indicando a descrição do produto, em negrito, no seu corpo, e que não ocorreram alterações substanciais, nem aditivos que alterassem as especificações do projeto.

Tais considerações confirmam que, apesar do produto não estar divergente do especificado no contrato ou do seu termo de referência, não há menção explícita à aderência às especificações exigidas no contrato. Tal fato não caracteriza irregularidade, mas expõe uma falta de padronização nos Atestos das setoriais envolvidas no projeto, que deve ser aprimorada.

Destacamos também a importância de mencionar os ajustes que foram necessários durante o processo de atesto, demonstrando que o produto foi corrigido de acordo com as necessidades da SRH.

Sendo assim, considerando que estes aprimoramentos são importantes para a gestão da SRH e da UGP, entendemos que o alerta deve ser mantido.

5.4.2 Atraso na formalização de Substituição de Profissional da Equipe Chave

Ao analisar o Contrato nº 03/2016 firmado entre a SRH e a empresa Capgemini Brasil S.A, assinado em 23.11.2016, observamos que em 08.12.2016 a empresa solicitou a substituição da especialista Rita de Cássia da Silva (Administrador de Banco de Dados) motivada pelo seu desligamento. Na ocasião, foi apresentado o currículo do Sr. Carlos José Rodrigues, que foi rejeitado pela comissão de avaliação. Em 28.12.2016, a empresa apresentou mais dois perfis de

profissionais para avaliação da comissão, tendo sido aprovado o Sr. Emerson Martins da Silva, conforme Parecer Técnico nº 03/2017, emitido em 03.01.2017.

No entanto, a assinatura do aditivo ocorreu em 08.12.2017, confirmando, assim, que houve um intervalo de tempo significativo (339 dias) para formalizar a alteração contratual. Esta situação trouxe por consequência a participação neste período de profissional da equipe-chave na elaboração dos produtos sem a devida formalização contratual.

Dessa forma, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, entendemos pertinente alertar à SRH que adote medidas para formalizar em tempo hábil as alterações ocorridas durante a execução contratual.

Em manifestação enviada à equipe de auditoria, em 17.10.2019, a SRH informou que o lapso temporal entre a decisão de substituição do especialista e o aditivo não trouxe qualquer prejuízo à execução contratual tendo em vista não ser obrigatório realizar aditivo ao contrato, pois a informação sobre os especialistas consta em apêndice, que seria mero ato referencial das verdadeiras cláusulas contratuais e que, mesmo não sendo obrigatório, formalizou o aditivo, a fim de dar publicidade e eficácia, em obediência aos princípios da Administração Pública.

Entendemos que a identificação da equipe chave no contrato é importante para respaldar tecnicamente os produtos entregues e, portanto, não pode estar desatualizada na avença contratual. Quando isto acontece, os produtos entregues possuem participação de profissional não mencionado no contrato, o que não pode ocorrer.

Sendo assim, considerando que estes aprimoramentos são importantes para a gestão da SRH, entendemos que o alerta deve ser mantido.

5.4.3 Ausência de Comprovação da Realização do Treinamento sobre o SIGERH

Ao analisar os pagamentos do Contrato nº 03/2016 que trata da implementação do sistema SIGERH, observamos que no processo de pagamento referente a execução do serviço da Atividade 08, Produto 02 – Treinamento e Transferência de Tecnologia, não constam na composição do processo a lista de frequência dos participantes e o registro da carga horária do treinamento ministrado. Tal situação ocorreu por ausência de rotina para instrução de processos de pagamentos dessa natureza, o que gera dúvidas sobre a efetiva realização do treinamento.

Assim, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, entendemos pertinente alertar à SRH que institua rotinas para instrução de processos de pagamentos relativos a treinamentos, a fim de instruir esses processos com a documentação comprobatória da sua efetiva realização.

Em manifestação enviada à equipe de auditoria, em 17.10.2019, a SRH informou que o treinamento não foi executado de forma tradicional (em sala de treinamento e com lista de frequência), tendo sido utilizada a metodologia ágil. Ressaltou ainda que os treinamentos foram realizados durante a homologação do sistema, onde o Analista de Requisitos junto com o Gestor de cada área de negócio navegaram juntos nas funcionalidades do SIGERH. Além disso, a contratada se dispôs a promover uma nova etapa de treinamento após a implantação do sistema. Com base nestes fatos, a SRH considerou a etapa de treinamento aos usuários atendida.

Entendemos que o relato apresentado pela SRH é plausível, contudo, permanece a ausência de evidências de que o treinamento foi realizado, tendo em vista que no processo de atesto não constava tal informação. O registro documental é imprescindível para comprovar o atesto dos produtos, sendo assim, é importante que, nesta etapa, conste tal relato, assinado pela comissão responsável.

Sendo assim, considerando que estes aprimoramentos são importantes para a gestão da SRH, entendemos que o alerta deve ser mantido.

5.4.4 O SIGERH não se encontra em funcionamento

Durante a auditoria analisamos o objeto do contrato nº03/2016, que trata da implementação do Sistema Integrado de Informações de Gestão de Recursos Hídricos, para modernizar a política de recursos hídricos e tornar mais eficiente o atendimento aos usuário de água bruta. Nessa perspectiva o sistema tem por objetivo integrar em uma única base de dados 05(cinco) sistemas existentes (Sistema de Cadastro de Usuário de Água Bruta – SISCAD; Sistema de Outorga e Licença -SOL; Sistema de Fiscalização; Sistema de Medição -GEMED; Sistema do Plano de Operação e Manutenção -SIPOM, a fim de melhorar o acesso às informações e tornar mais eficiente o processo de tomada de decisão governamental.

De acordo com os processos de pagamentos, verificamos que os produtos foram entregues e o contrato expirou-se em 31.01.2019, no entanto até 05.09.2019, data de encerramento da auditoria na sede da SRH, o sistema não havia entrado em funcionamento.

Tal Situação foi justificada pela SRH, que atribuiu o atraso a demandas para aperfeiçoar o módulo de monitoramento e que o sistema estará em funcionamento até o final do ano de 2019. Entendemos que faz-se necessário estabelecer prazo para operar o sistema, por isso, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, é pertinente alertar à SRH que estabeleça um cronograma definindo uma data para o sistema entrar em funcionamento.

Em manifestação enviada à equipe de auditoria, em 17.10.2019, a SRH informou que o SIGERH tem previsão para entrar em funcionamento em dezembro de 2019, pois nos meses de outubro e novembro serão finalizadas as etapas de homologação e testes.

Sendo assim, entendemos que a SRH deve envidar esforços para cumprir o cronograma proposto a fim de dar efetividade ao SIGERH.

5.5 SEMA

5.5.1 Incertezas na implementação dos planos para recuperação de áreas Degradadas.

Ao analisar o contrato nº 20/2016 que tem por objeto a elaboração do projeto Planos de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD), observamos que o contrato foi finalizado em 01.12.2018. Entretanto, devido a implementação dos planos estarem sob a responsabilidade dos municípios, a auditoria questionou sobre a efetividade desses planos.

Em resposta, a SEMA informou existirem os consórcios de gestão integrada de resíduos sólidos que estão iniciando a coleta seletiva múltipla, para reduzir a destinação para aterro sanitários, e estes recebam somente rejeitos. Outra medida em curso é o termo de ajuste de conduta, firmado entre as prefeituras, os consórcios intermunicipais de Resíduos Sólidos e o Ministério Público, com interveniência da SEMA, para a implementação da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que inclui o encerramento dos lixões. E finalmente, a curto prazo, com a iminente operação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos na região de Sobral os lixões poderão ser encerrados nos municípios que constituem o consórcio daquela região.

Mesmo diante das informações da secretaria no intuito de dar efetividade a implementação dos planos, eles poderão não alcançar o resultado desejado, pelo fato da SEMA não ter ingerência nas ações dos municípios.

Sendo assim, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, cabe alertar à SEMA que articule-se, principalmente, com os municípios que se encontram no estágio mais crítico de implementação do plano de recuperação de áreas degradadas, para adotarem as medidas cabíveis, de modo a dar efetividade a todos os planos. .

5.6 SEDET

5.6.1 Deficiência na Organização Documental

Durante a auditoria constatamos na SEDET deficiência na organização documental, visto que o processo de Manifestação de Interesse nº 20170001 não estava numerado em ordem sequencial, o 1º termo aditivo (processo nº 9096462/2018) estava sem numeração e todos os processos de pagamentos relativos ao contrato nº 005/2018, encontravam-se parcialmente numerados e sem a memória de cálculo considerada para conversão dos valores em Euro para Reais.

Tal fato representa insegurança quanto a veracidade dos documentos na composição dos processos, posto que poderá ocorrer inclusão ou extravio de documentos. Sendo assim, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, cabe alertar à SEDET para que mantenha a adequada organização documental.

5.6.2 Inconsistência na anulação de Notas de Pagamentos

Ao analisar os pagamentos do contrato nº 05/2018 que tem por objeto a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico para o Estado do Ceará, com a identificação de setores prioritários e estratégias de ações estruturadoras, firmado com o Consórcio Sociedade

Portuguesa de Inovação (SPI)/Quanta Consultoria, observamos que ocorreu a anulação parcial de Notas de Pagamentos (NPs) emitidas em 10/03/2019, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Pagamentos parcialmente anulados no contrato nº 05/2018

Nº da NP	Credor	Valor inicial da NP (estimado)	Anulação realizada	Valor final da NP (*)	Anulação com distribuição adequada	Valor adequado da NP	Diferença
58	Tesouro Estadual	3.138,95		3.138,95	376,67	2.762,28	376,67
52	Prefeitura Municipal de Fortaleza	1.046,30		1.046,30	125,56	920,74	125,56
59	SPI	16.741,05	2.511,16	14.229,89	2.008,93	14.732,12	-502,23
68	Tesouro Estadual	31.389,45		31.389,45	3.766,73	27.622,72	3.766,73
67	Prefeitura Municipal de Fortaleza	10.463,15		10.463,15	1.255,58	9.207,57	1.255,58
56	SPI	167.410,50	25.111,53	142.298,97	20.089,22	147.321,28	-5.022,31
64	Tesouro Estadual	15.694,75		15.694,75	1.883,37	13.811,38	1.883,37
63	Prefeitura Municipal de Fortaleza	5.231,60		5.231,60	627,79	4.603,81	627,79
54	SPI	83.705,25	12.555,79	71.149,46	10.044,63	73.660,62	-2.511,16
66	Tesouro Estadual	31.389,45		31.389,45	3.766,73	27.622,72	3.766,73
65	Prefeitura Municipal de Fortaleza	10.463,15		10.463,15	1.255,58	9.207,57	1.255,58
55	SPI	167.410,50	25.111,53	142.298,97	20.089,22	147.321,28	-5.022,31
62	Tesouro Estadual	15.694,75		15.694,75	1.883,37	13.811,38	1.883,37
60	Prefeitura Municipal de Fortaleza	5.231,60		5.231,60	627,79	4.603,81	627,79
53	SPI	83.705,25	12.555,79	71.149,46	10.044,63	73.660,62	-2.511,16
Totais		648.715,70	77.845,80	570.869,90	77.845,80	570.869,90	0,00

* Valores constantes no S2GPR e, por conseguinte, na base de dados do IFR Ceará

Fonte: Elaboração própria

Os valores constantes na coluna “Valor inicial da NP” se referem ao montante inicialmente registrado para a NP e se trata de uma estimativa, supondo que a taxa de conversão de Euros para Reais seria R\$ 5.00. Como a taxa efetiva constante no contrato de câmbio foi R\$ 4,40, houve a necessidade de retificar o valor inicialmente estimado, pois ele estava a maior. Porém, a anulação parcial, que deveria ter sido distribuída entre SPI, Tesouro Estadual e Prefeitura Municipal de Fortaleza, concentrou-se somente na NP cujo credor era a SPI.

Tal fato gerou distorções nos registros destes pagamentos, como pode ser visto na coluna relativa à diferença. Importante frisar que, como as distorções são causadas por uma distribuição proporcionalmente inadequada, os valores individuais das NPs estão distorcidos, porém, o total de pagamentos a este contrato não apresenta diferença. Consideramos que tal situação é digna de apontamento, tendo em vista que ao se analisar os valores individualmente, (como, por exemplo, o montante de tributos repassados à Prefeitura Municipal de Fortaleza) podem ser tomadas decisões equivocadas.

Em manifestação enviada à equipe de auditoria, em 18.10.2019, a SEDET informou que regularizou a escritura contábil dos pagamentos.

Sendo assim, considerando que se trata do relatório final de auditoria do PforR, cabe alertar à SEDET que, mesmo após a regularização, estabeleça controles internos suficientes para proceder ao correto processo de futuras anulações de Notas de Pagamentos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos destacados na presente Carta Gerencial devem ser observados como oportunidades de melhoria, atentando para os ditames da legislação nacional aplicada e das Diretrizes do Banco Mundial.

Por fim, a equipe de auditoria se coloca à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que porventura sejam necessários, visando o correto entendimento dos apontamentos ora destacados.

Fortaleza, 18 de outubro de 2019.

Jocyrrégia Maria Peixoto Alves
Técnico de Controle Externo
Gerência de Fiscalizações de
Demonstração Financeiras e Receitas

Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior
Contador CRC-CE 012.836/O-4
Gerência de Fiscalização de
Demonstração Financeira e Receitas

Mateus de Carvalho Sousa
Analista de Controle Externo
Gerência de Fiscalização de
Demonstrações Financeiras e Receitas

Confere:

Daniel Façanha Rocha de Souza
Diretor de Contas de Governo

Processo Nº: 12992/2019-9**Documento: 00001/2019****Arquivo de assinaturas (*.P7S):**

1) Assinado por:	JOCYRREGIA MARIA PEIXOTO ALVES: 209.xxx.xxx-78
Data da Assinatura	18/10/2019 12:19:06
Assinatura	✓ Documento não foi alterado.
Carimbo do Tempo	✓ 18/10/2019 12:19:20 - Certificado da protocoladora válido no ato do carimbo.
2) Assinado por:	MANUEL SALGUEIRO RODRIGUES JUNIOR: 683.xxx.xxx-53
Data da Assinatura	18/10/2019 12:29:01
Assinatura	✓ Documento não foi alterado.
Carimbo do Tempo	✓ 18/10/2019 12:29:18 - Certificado da protocoladora válido no ato do carimbo.
3) Assinado por:	MATEUS DE CARVALHO SOUSA: 024.xxx.xxx-35
Data da Assinatura	18/10/2019 12:34:46
Assinatura	✓ Documento não foi alterado.
Carimbo do Tempo	✓ 18/10/2019 12:35:25 - Certificado da protocoladora válido no ato do carimbo.
4) Assinado por:	DANIEL FACANHA ROCHA DE SOUZA: 034.xxx.xxx-40
Data da Assinatura	18/10/2019 13:22:47
Assinatura	✓ Documento não foi alterado.
Carimbo do Tempo	✓ 18/10/2019 13:22:56 - Certificado da protocoladora válido no ato do carimbo.

Fechar

[Imprimir](#)